

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017**-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM TREZE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**-----

----- **ATA NÚMERO CENTO E DEZASSETE**-----

----- Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, respetivamente Primeira Secretária, em exercício e Segunda Secretária. -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, foi substituído nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César). -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Luisa Flores de Moura e Regedor, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva,

Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, Ana Carolina Domingues Ambrósio, Jaime Correia da Silva Matos, Igor Boal Roçadas, Susana Maria da Costa Guimarães, Marina de Jesus da Silva Penedo da Costa Figueiredo, Rosa Lourenço, Sara Diana de Campos Leiria Goulart de Medeiros, Luís Manuel Inês Cavaco, João Gomes Boavida, João Diogo Santos Moura, Rui Jorge Gama Cordeiro, Patrícia de Oliveira Caetano Barata, Nelson Pinto Antunes e Luís Graça Gonçalves.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Modesto Fernandes Navarro e Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço.--

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Marina de Jesus da Silva Penedo da Costa Figueiredo.-----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Jaime Correia da Silva Matos. -----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Igor Boal Roçadas. -----

----- Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Susana Guimarães.-----

----- Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Manuel Inês Cavaco.-----

----- Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Gomes Boavida. -----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia de Oliveira Caetano Barata. -----

----- Joaquim Maria Fernandes Marques (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves.-----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Rui Jorge Gama Cordeiro.-----

----- Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Ana Carolina Domingues Ambrósio. -----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sara Goulart Medeiros. -----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), pelo período compreendido entre 12 de Setembro de 2016 a 7 de outubro de 2016, sendo substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura. -----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 37/2016, de 13 de setembro de 2016, foi deliberado o seguinte a descrever:-----

----- Justificar a falta da Deputada Municipal Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, na 112ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (2ª reunião de continuação da 3ª Sessão Ordinária), realizada no dia 28 de junho de 2016. -----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais, Hugo Alberto Cordeiro Lobo (PS e Mafalda Ascensão Cambeta (PSD), na 113ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (73ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 5 de julho de 2016. -----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais José António Cardoso Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, e de Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra (PSD), na 114ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (74ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 12 de julho de 2016. -----

----- Justificar a falta do Deputado Municipal Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, na 115ª Reunião (3ª Sessão Ordinária – 3ª Reunião), realizada em 19 de julho de 2016. -----

----- Justificar a falta do Deputado Municipal António Modesto Navarro (PCP), na 116ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (75ª Sessão Extraordinária), realizada em 26 de julho de 2016. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro, Paula Marques, Catarina Vaz Pinto, Catrina Albergaria, Carlos Castro, Jorge Máximo. -----

----- Esteve ainda presente a Senhora Vereadora da oposição: Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde a todos, sejam bem-vindos. -----

----- Vejo a bancada da Câmara bastante desfalcada, mas isso não nos impede de começar os nossos trabalhos. -----

----- Cumprimento também os senhores jornalistas, a comunicação social, cumprimento público presente. Peço para todos ocuparem os vossos lugares, os seus Dirigentes também e os Senhores Deputados para ocuparem os vossos lugares. -----

----- O Senhor Deputado que está a brincar com o antisstress, não é para ser arremessado, é para guardar.-----

----- Aproveito para informar que a Câmara de Lisboa está a promover uma campanha chamada Lisboa Idade-Cidade com Diretos Para Todas As Idades e que a distribuir um antisstress todos os Senhores Deputados de maneira que quando se sentirem mais

nervosos, apertem o antistress e depois então poderão usar da palavra. Espero que não sirva para outros fins!-----

----- Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, mais notícias que tenho para vos são as seguintes: nós vamos ter hoje uma sessão de Declarações Políticas e já vou lembrar o formato da sessão, quero lembrar aos Senhores Deputados que devem informar a Mesa no início da Sessão, quem é que quer usar a palavra para Declarações Políticas, a Mesa ainda não tem inscrições nenhuma e portanto não posso... Peço às Forças Políticas que se querem inscrever que façam sinal junto da Mesa porque o Regime é claro, as Declarações Políticas pelas Forças Políticas que o fizerem, que derem conhecimento antes ou no início da Sessão, portanto, tenho notícia que naturalmente o Partido Ecologista “Os Verdes”, o melhor é perguntar a todos, o CDS vai fazer Declaração Política? O CDS vai fazer Declaração Política? Não. O PAN tenciona fazer Declaração Política? Não. O Partido Socialista faz Declaração Política? O Partido Social Democrata faz Declaração Política? Não vejo ninguém do Partido Social Democrata para me esclarecer. Os Verdes fazem Declaração Política. O Partido Comunista faz Declaração Política. O Bloco de Esquerda faz Declaração Política. Os Cidadãos Independentes? Não os vejo cá também, portanto, em princípio, não foram uma vez que não estão aqui presentes. -----

----- A outra indicação que vos queria dar é a seguinte: nós temos, teríamos previsto uma reunião para a semana dia 20 com a Ordem de Trabalhos que houvesse e no dia 27 temos a Sessão Ordinária de setembro. Acontece que como puxámos muito no final do mês de julho eu neste momento não tenho propostas suficientes, preparadas e prontas, para encher uma Ordem de Trabalhos, portanto, não queremos Reunião Plenária no dia 20, na próxima semana não há Reunião Plenária, no entanto, queria pedir aos líderes de bancada, aos Senhores Representantes para fazermos uma Conferência de Representantes na segunda-feira, uma vez que temos de definir a Agenda dos Debates Temáticos, temos uma série de Debates Temáticos aprovados, a Agenda não está fechada desses Debates e eu preciso de vos ouvir a todos para começarmos a pôr em marcha a preparação desses Debates todos, portanto, faríamos uma no dia 19, faríamos uma a uma Conferência de Representantes e no dia 20 não temos Sessão Plenária, portanto, depois teremos Sessão Plenária a 27, uma Sessão Ordinária com informação escrita do Presidente.-----

----- Tomem nota disto nas vossas agendas para organizar as vossas vidas e posto isso, vamos antes de começarmos nos Votos e porque temos a questão de intervenção aberta ao público. A Mesa tem 4 pedidos de inscrição. O primeiro pedido de inscrição é uma entrega de uma Petição sobre o Jardim do Caracol da Penha, que pediram para fazer a apresentação de um pequeno filme, já foi visto que os serviços estarem em condições de ser apresentado, portanto, é a primeira intervenção, depois a segunda intervenção é o Senhor Mário Oliveira Fonseca do Clube Atlético e Cultural. A terceira intervenção a Senhora Carla Alexandra Santos Vicente que pretende ser esclarecida ... Já percebi, eu estava a dizer que a primeira intervenção é a entrega da Petição, mas pedem-me para serem os últimos a falar por razões técnicas e, portanto, a primeira será o Senhor

Mário Oliveira Fonseca do Clube Atlético Cultural e a segunda pessoa será a Senhora Dona Carla Santos Vicente que pretende ser esclarecida. . .-----

----- Já percebi, eu estava a dizer que a primeira intervenção é a entrega da Petição mas pedem para serem os últimos a falar por razões técnicas, portanto, a primeira será o Senhor Mário Oliveira Fonseca do Clube Atlético Cultural. A segunda pessoa será a Senhora Dona Carla Alexandra dos Santos Vicente que pretende esclarecimentos sobre o Complexo Desportivo Municipal Super Areeiro. A terceira pessoa é a Dona Maria Manuela da Purificação dos Reis sobre a problemática dos deficientes. Depois então sim a Dona Rita Vieira dos Santos Crus sobre a Petição que faz intenção de entregar. ---
----- Vamos portanto dar início às intervenções do Público. -----

----- A seguir temos um conjunto grande de Atas e só depois é que são as Declarações Políticas e eu depois recordarei como é que é o modelo do Debate das Declarações Políticas. -----

----- A senhora Secretária está-me a chamar a atenção, e bem, sobre os Votos de Pesar, nós temos infelizmente, este verão assistimos à perda de figuras muito relevantes no país e, portanto, temos um conjunto grande de Votos de Pesar, a seguir à aprovação das Atas nós iremos dar seguimento aos Votos de Pesar, antes de entrarmos nas Declarações Políticas.-----

----- Portanto, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, vamos ouvir o Senhor Mário Oliveira Fonseca a que desejo as boas-vindas, lembro que são 3 minutos para expor a sua questão e a Mesa responderá se for capaz, se não tentará obter elementos. Se faz favor “-----

----- **O Senhor Mário Oliveira Fonseca**, morador na Avenida São Pedro, nº.46 – Pontinha, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa tarde Senhora Presidente, boa tarde a todos os presentes. -----*

----- *Eu venho mais uma vez, aqui, falar de um caso que é importante que é o CAC da Pontinha (Clube Atlético e Cultural), que é um clube que é da Pontinha, que é de Lisboa, é do país. E o que é que acontece?-----*

----- *Em 2013, a Câmara Municipal de Lisboa financiou um campo relvado que, até agora, não foi feito. Há um processo a decorrer, mais um processo para a extinção do clube e, neste momento, apareceu uma solução que pode ser a salvação do clube que é a Feira Popular. E como é que tudo se está a passar? -----*

----- *Há uma Junta de Freguesia, a Junta de Freguesia de Carnide, através de um Senhor que é o Senhor Fábio, que não dialoga com ninguém....”-----*

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, interrompeu: -----

----- “Eu peço desculpa interromper, mas o Senhor que está a referir é o Senhor Presidente da Junta. É o Senhor Presidente da Junta a quem está a referir-se. Muito bem.” -----

----- **O Senhor Mário Oliveira Fonseca** no uso da palavra, continuou: -----

----- *“E o que é que acontece? O CAC está à beira da insolvência, e o Senhor só se preocupa em manter uma relação com uma oligarquia que lhe convém, inclusive tem o filho do Presidente da oligarquia a trabalhar com ele, escondido mas a trabalhar com*

ele, e o que é que se passa? Há lá uma dívida para pagar que vai levar ao fim do clube. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnide tem quatro clubes para fazer crescer. Mas não, quer o CAC porque tem nome. E o Senhor Presidente não fala com ninguém, não dá nada às impensas, vai mas é à SIC fazer O Senhor Presidente. Mas não fala com ninguém, não arranja soluções. Já tem setenta mil euros distribuídos, e eu pergunto, o CAC vai acabar, e ele vai fazer um clube em Carnide que é o CAC de Carnide, que é o Clube Atlético de Carnide. Isto não é possível. -----

----- Eu pergunto, e venho aqui apelar a todos os partidos e à Câmara Municipal de Lisboa para que de uma vez por todas fizerem um debate, porque a Câmara não tem culpa, não tem culpa da má gestão do clube que levou o clube a esta situação terrível.

----- O CAC é um clube que está inserido numa zona que tem de ser potenciado para manter as crianças a praticar futebol. E eu venho aqui, mais uma vez, apelar para que a Câmara Municipal de Lisboa tenha uma atitude, debata este assunto, crie uma Comissão para debate porque é inadmissível que isto continue. E venho fazer aqui, uma crítica direta e precisa ao Presidente da Junta de Carnide, que gosta de falar para a SIC de coisas, mas não admite falar com ninguém sobre a situação do clube. --

----- Quero, também, dizer, aqui, publicamente, que os superiores dele já estão a tomar posições porque isto não é possível. -----

----- Quero apelar, mais uma vez, e dizer que a Câmara, a Divisão do Desporto não tem nada a ver com isto. -----

----- Lanço, aqui, uma questão; porque é que as freguesias de Lisboa debatem os assuntos com verdade, com coerência, ouvindo todas as partes, fazendo as coisas como deve ser, e posso dar um exemplo, para acabar, o da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Benfica que é um modelo de autarca. Os modelos de autarcas fazem as coisas corretas. -----

----- E mais uma vez venho aqui, dizer que há uma comissão e digo à Senhora Presidente, venho uma vez mais apelar, porque vou encher aquelas bancadas com as pessoas e eu não quero fazer isso. Eu acho que a Câmara Municipal de Lisboa está a fazer um ótimo trabalho e vamos todos resolver um problema. Eu tenho soluções para o problema. -----

----- A empresa está a pedir a insolvência e tem um acordo para não acabar com o clube. -----

----- Agora, é preciso meter o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnide no sítio. -----

----- Boa tarde e muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Senhor Mário, não sei se conhece o Regimento da Assembleia Municipal, e é só para informar que, naturalmente, a Assembleia Municipal é um local onde todos os cidadãos podem exprimir todas as suas preocupações, mas nós não temos nenhuma competência sobre os atos das freguesias. Portanto, é no âmbito da Assembleia de Freguesia que se discutem as questões das freguesias, e é nesse âmbito que poderá interpelar o Senhor Presidente da Junta se assim o entender. Nós, aqui, não temos essa

competência. O Senhor Presidente da Junta é membro desta Assembleia, ouviu a sua intervenção, como todos ouviram, neste momento o Regimento não permite sequer que ele possa responder, mas que fique bem claro que não é competência da Assembleia Municipal interferir nas relações, ou nas queixas que os cidadãos têm a fazer, diretamente às freguesias. Não é da nossa competência. -----

---- Peço desculpa, agora que já acabou a sua intervenção eu tenho de dar a minha parte da resposta. -----

---- Quanto à questão que suscitou sobre o Clube Atlético Cultural, naturalmente, a Mesa irá enviar um ofício à Câmara, pedir explicações se tiver explicações a dar, à Junta de Freguesia não podemos fazê-lo uma vez que não temos competência para fiscalizar os atos das Juntas de Freguesia. Era bom que isto ficasse claro para perceberem que a Assembleia Municipal discute todas as matérias mas só pode fiscalizar a Câmara. As Assembleias de Freguesia discutem todas as matérias da sua área e podem fiscalizar as Juntas. Era isto que eu queria que ficasse claro. -----

---- Muito bem, ficou clara a sua posição, ficou registada, toda a gente ouviu, e obrigada. -----

---- Vamos dar a palavra à Senhora Carla Alexandra Vicente.” -----

---- **A Senhora Carla Alexandra dos Santos Vicente**, moradora na Rua Augusto Gil, nº. 25 – 1º. Dtº. 1000-063 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito boa tarde. -----

---- *A minha pergunta é se o Complexo Desportivo Municipal Super Areeiro é um clube privado, ou não? Porque se for um clube privado tem de tirar o “Municipal”. Se é uma gestão privada com serviço público, tem de ser fiscalizada porque não está a cumprir o serviço público. E onde é que não cumpre o serviço público? No horário. --*

---- *Quando a pessoa paga a mensalidade como eles querem, aquela renda que eles querem, o tratamento é outro, se a pessoa não paga a mensalidade, eles bloqueiam a entrada. E bloqueiam a entrada com horários que não vêm no horário, por exemplo, ao sábado e ao domingo, só me deixam entrar à uma da tarde, o que não está aqui no horário, e depois chegam ao ponto de estar aqui escrito: “As entradas pontuais de piscina estão disponíveis dependendo da taxa de ocupação”. A taxa de ocupação é o quê? É um dispositivo de segurança, ou é para tratar o cliente de primeira e de segunda? Porque como sabe, a Super Areeiro tem visibilidade, tem um vidro, e com duas pessoas lá eu não entro, e a minha amiga entra porque tem o Cartão Super. -----*

---- *Gostava que me esclarecesse por que razão não consigo entrar na piscina. -----*

---- *Não pago a mensalidade.” -----*

---- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, respondeu:-----

---- “Muito obrigada Senhora Carla. -----

---- É uma questão pertinente, e eu não sou capaz de lhe responder porque não sei mas vou mandar verificar isso. Aliás, solidariamente consigo porque, também, sou frequentadora de piscinas municipais...” -----

---- **A Senhora Carla Alexandra dos Santos Vicente**, no uso da palavra, perguntou:

---- “Mas tem cartão?” -----

---- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Tenho um cartão de frequentadora, apenas, mas sim, seja como for.” -----

----- **A Senhora Carla Alexandra dos Santos Vicente** no uso da palavra, continuou:-

----- “*Então, paga uma jóia.*” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “A sua questão é pertinente pelo que será devidamente, respondida. E se compreende o que lhe estou a dizer, neste momento, não sou capaz de responder porque não sei, mas é meu dever, agora, officiar a Câmara e ter uma resposta oficial à pergunta que aqui deixou. E vai ter essa resposta porque eu vou pedi-la. E é com essa resposta oficial que poderá ser necessário alterar alguma coisa, ou não, mas veremos os esclarecimentos que a Câmara nos dá.” -----

----- **A Senhora Carla Alexandra dos Santos Vicente** no uso da palavra, continuou:-

----- “*Doutora, esta parte; “..estão disponíveis dependendo da taxa de ocupação”, isso é obscuro.*” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Senhora Carla, nós percebemos a sua questão, não tenho aqui a informação para lhe responder, mas tem o direito de colocar a questão, e nós iremos solicitar à Câmara que nos esclareça através do Vereador do Desporto, exatamente, qual é o estatuto do clube, quais são as regras, quais são as obrigações, para saber quem está dentro da verdade e se há alguma coisa a mudar. -----

----- Muito obrigada. -----

----- Vamos, agora, dar a palavra à Senhora Maria Manuela da Purificação Reis que nos trás a problemática dos deficientes.-----

----- A Senhora Maria Manuela vai falar do local onde está porque questões de mobilidade reduzida e, portanto, seja bem-vinda e muito boa tarde.” -----

----- **A Senhora Maria Manuela da Purificação Reis**, moradora na Rua Barão de Saborosa, 253 r/c Frente 1900-090 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Muito boa tarde.* -----

----- *Primeiro, quero agradecer o dom da vida porque estou viva, ainda. Nasci deficiente e só viram quando eu nasci, os médicos foram impecáveis, levaram sete anos para me fazerem duas obras artísticas que são os meus pés, onde eu ando em cima com muita dificuldade.* -----

----- *Mas isto é colmatado porque tenho carro, trabalhei muitíssimo bem para o Estado, sentada, com as mãos e a cabeça, sem a mínima dificuldade, com carro à porta e carro no trabalho. Agora tenho carro à porta mas tenho cada vez mais dificuldade em circular na minha cidade, onde eu nasci, e no meu país, porque sou ignorada porque não me dão uma cadeira para eu me sentar, sou atendida em pé. Eu trabalhei sentada, ainda agora venho do Montepio, aqui da Avenida de Roma, eu fui fazer um levantamento e não atualizaram a caderneta, disseram-me para eu ir à máquina, e eu disse, mas a máquina tem de ser em pé e eu estou com muita dificuldade, estou com muitas dores, e não quiseram saber, mandaram-me ir à máquina.* -----

----- Portanto, estou a ser confrontada com horários nos parqueamentos de deficientes. A Rua dos Douradores que é muito comprida, tem um único lugar onde eu posso pôr e que é um lugar de deficiente. Os outros é exclusivamente, para quem tem dístico de residente, portanto, é exclusivo, tem o dístico da zona. Portanto, eu não sou residente, ali. Mas o que é que acontece nesse lugar de deficiente? Só posso utilizá-lo nos dias úteis, reparem bem, nos dias úteis, das oito da manhã às vinte horas, portanto, fora disso deixo de ser deficiente. Ora, eu adormeço deficiente, acordo deficiente e vou morrer deficiente conforme nasci, deficiente. Portanto, eu não concordo que haja horários. E há outro no Príncipe Real, a mesma coisa, dias úteis, alguns têm ao sábado, até ao meio-dia só e assim, sucessivamente. -----

----- Sinto-me perseguida pelas forças policiais. O meu carro, há dias, estava bloqueado à porta do São Jorge, e eu sou muito conhecida no São Jorge, até dizem que é uma casa de família para mim, porque “nem só de pão vive o homem”, e o São Jorge dá-me cultura que é a EGEAC. -----

----- E então fui-me queixar porque nem queria acreditar que o meu carro estava bloqueado no lugar de deficiente, disse que tenho tudo, e eles disseram que iriam saber. Foi uma luta com os funcionários do São Jorge, até às duas da manhã eu chegar a casa, desbloquearam, não deixaram ir o carro rebocado, chamaram o reboque, puseram as rodas amarelas, tiraram, e o reboque foi-se embora e eu fui para casa e fiquei como imaginam. Não paguei pois evidentemente, porque não paguei e exigi e escrevi, porque eu também sei escrever, graças a Deus, escrevi para saber por que razão o carro tinha sido bloqueado, porquê? Se eu vou à inspeção, se está tudo em ordem, porque a mim pode-me faltar o que me faltar, ao carro não pode faltar nada, ainda agora levou quatro pneus novos. -----

----- É isso que eu venho dizer, sou deficiente, e há outra coisa, qualquer dia vem uma notícia: velha deficiente morre atropelada a atravessar a rua fora da passagem dos peões, que sou eu. Porque eu para ir à passagem dos peões tenho de ir lá....para mim é um esticão ir à passagem dos peões, para depois voltar para trás para vir para o meu carro. Ora, se a minha Rua, Rua Barão de Sabrosa, tem estacionamento nos dois lugares, porque é que me foram pôr em frente da minha porta e não há minha porta? Para me obrigarem a atravessar a rua, e eu posso vir a ser atropelada. -----

----- E há mais coisas, mas o tempo é muito limitado e eu não posso dizer mais, Mas há mais, muito mais. -----

----- Agora é que eu sinto que sou deficiente. Enquanto trabalhei foi uma maravilha, foi o tempo mais feliz da minha vida. A infância não, a infância não é para repetir. ----

----- Estou a sofrer muito e idosa. E quero comunicar que os idosos estão-se a suicidar com overdose de comprimidos.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Senhora Maria Manuela, nós ficávamos aqui o tempo todo a ouvi-la, mas de facto já terminou o seu tempo. -----

----- Nós agradecemos o seu testemunho, agradecemos e queremos relevar a importância da matéria que, aqui, nos trás, porque de facto, a questão que nos coloca é uma questão de fundo da cidade, tem-se procurado fazer melhoramentos mas são

insuficientes. Nós temos uma cidade com uma população bastante envelhecida, com muitas pessoas com mobilidade reduzida, no seu caso é de nascença, mas há muitas pessoas que ao longo da vida, vão adquirindo dificuldades acrescidas de mobilidade e, portanto, iremos naturalmente, sensibilizar a Câmara para a questão dos horários que colocou nos lugares para deficientes, porque pode não haver explicação para essa delimitação de horários. -----

----- Quanto à passadeira de peões na sua rua, sugeria naturalmente que apresentasse o seu caso, ou nós podemos fazê-lo, chamar a atenção da Câmara para a possibilidade de abrir uma nova passadeira porque, efetivamente, é impossível aos serviços da Câmara saberem em que porta estão os deficientes para colocarem as passadeiras o mais possível, próxima dessa porta. Portanto, isso é impossível. Tem de se encontrar, aqui, um equilíbrio. -----

----- Quanto às outras questões que levantou, penso que foi mais o testemunho da questão do reboque do carro. -----

----- Certo, a Senhora Segunda Secretária está aqui a corrigir-me, não é a passadeira, é o lugar do carro que está muito afastado da sua porta, foi isso que disse, e eu percebi mal. Aí então, tem razão de questionar a Câmara e, portanto, o depoimento que fez aqui é transcrito e enviaremos uma carta à Câmara para lhe mudarem o lugar e por razões óbvias tem um lugar próprio, é porque tem necessidade de o ter e o mais próximo possível da sua casa. -----

----- Vamos ver o que conseguimos e muito obrigada. -----

----- E vamos, agora, dar a palavra à última pessoa inscrita a Senhora Rita Vieira dos Santos Cruz que vai apresentar um pequeno filme sobre a petição que vai dar entrada hoje, penso eu, para a criação do Jardim do Caracol da Penha. -----

----- E penso que as coisas estão preparadas para vermos o filme.” -----

----- **A Senhora Rita Vieira dos Santos Cruz**, moradora na Rua Cidade de Liverpool, n.º.4 -1º. Dt.º. 1170-097 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Posso fazer uma intervenção?” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Só tem três minutos para tudo. Agora, opte. Depois quando forem entregar a petição irão ter mais tempo, além de poderem ser ouvidos em Comissão, a petição é entregue, depois quando a petição for discutida, aqui no Plenário, nessa altura terão mais tempo. Isto aqui é uma intervenção breve.” -----

----- **A Senhora Rita Vieira dos Santos Cruz** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Nós queremos entregar hoje. -----

----- *Muito bem. Obrigada.*” -----

----- (Foi passado o vídeo relativo à petição sobre a criação do *Jardim do Caracol da Penha*, o qual se transcreve): -----

----- “*Porque queremos um jardim?*-----

----- *As Freguesias de Arroios e Penha de França têm cerca de sessenta mil habitantes, e apenas três zonas verdes com mais de sete mil e quinhentos metros quadrados. Estas freguesias apresentam os valores mais baixos de metros quadrados*

de espaços verdes por residente da Cidade de Lisboa, menos de um metro quadrado. Estamos muito longe da média da cidade que está próxima dos quarenta metros quadrados.-----

----- Olhando para as três zonas verdes temos o Campo Mártires da Pátria, a Alameda e o Miradouro do Monte Agudo. São espaços verdes de qualidade, mas tanto o Campo Mártires da Pátria como a Alameda ficam a mais de um quilómetro do Caracol da Penha, demorando o trajeto mais de quinze minutos a ser realizado a pé. -----

----- Acresce que a Alameda é uma zona com imensa circulação automóvel e, segundo os documentos da própria Câmara Municipal, um espaço com nível elevado de ruído.

----- Já Monte Agudo, mais próximo, tem uma pequena área de usufruto público de cerca de 5%, onde predomina o terreno empedrado, no fundo, é um belo Miradouro mas pouco espaço para se estar.-----

----- A conclusão é que esta zona da cidade tem uma enorme carência de espaços verdes de usufruto público. -----

----- E concordamos com o documento “Uma Praça em Cada Bairro”, onde se pretende garantir o acesso a um espaço público de qualidade a todos os habitantes, numa distância de menos de quinze minutos a pé, bem como, criar praças de bairro, transformando ruas e espaços subutilizados. -----

----- Um estacionamento não é um jardim.-----

----- A proposta de construção de um parque de estacionamento para o Caracol da Penha representa inutilizar 82% da área total do terreno. Isto não nos satisfaz e explicamos, olhando para o projeto:-----

----- - 45% são áreas com inclinação superior a 25%;-----

----- - 37% do terreno são para a área reservada a estacionamento e circulação automóvel;-----

----- - Restando 18% de área efetiva para as pessoas. É muito pouco. -----

----- Mas percebemos a necessidade de criação de zonas de estacionamento nestas freguesias e, por isso, avançamos vinte e nove alternativas sem comprometer a existência do jardim.-----

----- O jardim que nos faz falta.-----

----- Queremos um jardim no Caracol da Penha. Esta é a oportunidade única para a criação de um espaço verde numa zona muito carenciada, uma oportunidade para criar uma cidade mais próxima das pessoas. -----

----- Queremos envolver a Assembleia e a Câmara nesta nossa paixão. -----

----- Queremos convidá-los a conhecer o Caracol da Penha, a conhecer o nosso bairro, a ouvir as nossas pessoas. -----

----- Por um Jardim no Caracol da Penha.-----

----- Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Penso que é, de facto, um excelente alerta, uma excelente proposta.-----

----- Naturalmente, que há compromissos e vamos ter que discutir tudo isto. Mas o passo que deram na organização de uma petição e na recolha de assinaturas é muito

importante para permitir que a Assembleia Municipal vá discutir esta matéria, portanto, considerem a petição entregue. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Rita Vieira dos Santos Cruz** no uso da palavra, referiu o seguinte: --

----- “Eu aproveito para dizer que a petição tem, exatamente, duas mil e seiscentas assinaturas.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Que é também, um número bastante elevado, mais do que dez vezes mais o mínimo necessário para ser discutido em Plenário. -----

----- A petição, naturalmente agora vai ser numerada, vai ter os procedimentos normais e cá estaremos, cá estaremos para discutir depois esta matéria, naturalmente baixará, penso que ela interessa à 4ª. e à 3ª Comissão, temos que ver e eventualmente também à 8ª Comissão por causa das questões de estacionamento, veremos em sede de Conferência de Representantes como é que encaminhamos isto, se se cria um grupo conjunto das 3 Comissões ou se cada uma das Comissões apreciação a Petição do seu ponto de vista e depois se juntam os pareceres. De qualquer maneira está entregue e depois peço aos serviços para tomarem devida nota e isto ter o seu encaminhamento normal. -----

----- Muito bem Senhores Deputados, terminámos o Período de Intervenção do Público. -----

----- Eu vou pôr à votação as várias Atas, Chamo a vossa atenção de que para além da Ata 104, 106, 109, 110 e 114 nós pedimos que também seja posta à votação um excerto da Ata 116, que foi já da última reunião que tivemos em julho, porque é necessário enviar ao Tribunal de Contas este excerto e, portanto precisamos de ter este excerto aprovado, razão pela qual o pedimos aqui pela qual pedimos aqui. -----

----- **APRECIACÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS 104, 106, 108, 109, 110, 114 E 116 (APRECIACÃO DA PROPOSTA 278/CM/2016 – PONTO 5 DA ORDEM DE TRABALHOS);** -----

----- A Mesa pergunta se alguém quer intervir sobre alguma destas Atas? Não registo intervenções. Vamos pôr à votação, podemos pôr à votação em conjunto? Senhores Deputados é preciso votar uma de per si dado que os Senhores Deputados que estiveram ausentes nalguma destas reuniões, não poderão votar a Ata nos termos do Código do Procedimento Administrativo e, portanto, fica sempre feita a menção de que as atas foram aprovadas não tendo participado na votação os Deputados que estavam assentes na respetiva Reunião. -----

----- **Apreciação e Aprovação da Ata 104, de 26 de abril de 2016.** Aprovada por unanimidade dos Deputados presentes na Reunião 104. -----

----- **Apreciação e Aprovação da Ata 106, de 10 de maio de 2016.** Aprovada por unanimidade dos Deputados presentes na Reunião 106. -----

----- **Apreciação e Aprovação da Ata 108, de 24 de maio de 2016.** Aprovada por unanimidade dos Deputados presentes na Reunião 108. -----

----- **Apreciação e Aprovação da Ata 109, de 31 de maio de 2016.** Aprovada por unanimidade dos Deputados presentes na Reunião 109. -----

----- **Apreciação e Aprovação da Ata 110, de 07 de junho de 2016.** Aprovada por unanimidade dos Deputados presentes na Reunião 110. -----

----- **Apreciação e Aprovação da Ata 114, de 12 de julho de 2016.** Aprovada por unanimidade dos Deputados presentes na Reunião 114. -----

----- **Apreciação e Aprovação da Ata 116, de 26 de julho de 2016, na parte referente ao ponto 5 da “ordem de Trabalhos” – apreciação e votação da Proposta 728/CM/2016.** Aprovada por unanimidade dos Deputados presentes na Reunião 116.

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 104, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita.-----

----- Ata n.º 104, Segunda Sessão Ordinária (Segunda Reunião), realizada em vinte e seis de abril de dois mil e dezasseis, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Artur Miguel Coelho (PS), Davide Amado (PS), Hugo Xambre (PS), Pedro Delgado Alves (PS), Jaime Correia Matos (PS), Susana Guimarães (PS), Marina Figueiredo (PS), Rosa Lourenço (PS), João Boavida (PS), Luís Newton (PSD), Margarida Saavedra (PSD), Vasco Morgado (PSD), Rui Cordeiro (PSD), Deolinda Machado (PCP), Ana Carolina Ambrósio (PCP), Isabel Pires (BE), Diogo Moura (CDS-PP) e Miguel Santos Graça (IND).-----

----- Ata n.º 106, Segunda Sessão Ordinária (Terceira Reunião), realizada em dez de maio de dois mil e dezasseis, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Jaime Correia Matos (PS), Marina Figueiredo (PS), João Boavida (PS), Ricardo Saldanha (PS), Igor Roçadas (PS), Luís Cavaco (PS), Vasco Morgado (PSD), Rui Cordeiro (PSD), Vitor Gonçalves (PSD), Ana Carolina Ambrósio (PCP), Nuno Ricardo Abreu (PCP), Isabel Pires (BE), Maria Luisa Aldim (CDS-PP), Miguel Santos Graça (IND) e José Franco (IND).-----

----- Ata n.º 108, Sessão Extraordinária, realizada em vinte e quatro de maio de dois mil e dezasseis, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Davide Amado (PS), Jaime Correia Matos (PS), Marina Figueiredo (PS), Igor Roçadas (PS), Patrocínia César (PS), Vasco Morgado (PSD), Rui Cordeiro (PSD), Luís Graça Gonçalves (PSD), Deolinda Machado (PCP), Ana Carolina Ambrósio (PCP), Nuno Ricardo Abreu (PCP), Isabel Pires (BE), Maria Luisa Aldim (IND) e Miguel Santos Graça (IND).-----

----- Ata n.º 109, Sessão Extraordinária, realizada em trinta e um de maio de dois mil e dezasseis, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Artur Miguel Coelho (PS), Jaime Correia Matos (PS), Marina Figueiredo (PS), João Boavida (PS), Luís Newton Parreira (PSD), Vasco Morgado (PSD), Rui Cordeiro (PSD), Álvaro Carneiro (PSD), Fernando Rosa (PSD), Nelson Pinto Antunes (PSD), Deolinda Machado (PCP), Ana Carolina Ambrósio (PCP), Isabel Pires (BE), Ricardo Robles

(BE), Diogo Moura (CDS-PP), Maria Luisa Aldim (CDS-PP), Miguel Santos Graça (IND) e Ana Regedor (IND). -----

----- Ata nº 110, Sessão Extraordinária, realizada em sete de junho de dois mil e dezasseis, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Jaime Correia Matos (PS), Marina Figueiredo (PS), João Boavida (PS), Miguel Teixeira (PS), Rita Neves Sá (PS), Vasco Morgado (PSD), Rui Cordeiro (PSD) Luís Graça Gonçalves (PSD), Fernando Rosa (PSD), Deolinda Machado (PCP), Ana Carolina Ambrósio (PCP), Carlos Silva Santos (PCP) e Floresbela Mendes Pinto (IND). -----

----- Ata nº 114, Sessão Extraordinária, realizada em doze de julho de dois mil e dezasseis, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Jaime Correia Matos (PS), Susana Guimarães (PS), Marina Figueiredo (PS), Patrocínia César (PS), Ana Sofia Figueiredo (PS), José Cardoso Alves (PS), José Roque Alexandre (PS), Margarida Saavedra (PSD), Vasco Morgado (PSD), Victor Gonçalves (PSD), Luís Graça Gonçalves (PSD), Deolinda Machado (PCP), Nuno Ricardo Abreu (PCP), Isabel Pires (BE) e Maria Luisa Aldim (CDS-PP).-----

----- Excerto da Ata nº 116 - Apreciação da Proposta 278/CM/2016 - ponto 5 da OT, Sessão Extraordinária, realizada em vinte e seis de julho de 2016, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Jaime Correia Matos (PS), Marina Figueiredo (PS), Luís Cavaco (PS), Miguel Teixeira (PS), José Roque Alexandre (PS), André Couto (PS), Inês Drummond (PS), Nuno Pintão (PS), Margarida Saavedra (PSD), Victor Gonçalves (PSD), Daniel Gonçalves (PSD), Ana Carolina Ambrósio (PCP), Nuno Ricardo Abreu (PCP), Carlos Silva Santos (PCP), Isabel Pires (BE), José Casimiro (BE), Miguel Santos Graça (IND) e Ana Regedor (IND). -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Posto isto, Senhores Deputados e antes de entrarmos nas Declarações Políticas a Senhora Segunda Secretária sugeriu-me e bem que nós víssemos em primeiro lugar os Votos de Pesar. -----

----- Temos um conjunto grande de Votos de Pesar, infelizmente faleceram bastantes pessoas neste período de férias e, portanto, vou apenas enunciá-los, é o Voto 1/117 pelo falecimento de Moniz Pereira, o “Senhor Atletismo”; o Voto 2 /117 pelo falecimento de Artur Correia, o “Ruço”; o Voto 3/117 pela morte de Isabel Barreno; o Voto 4/117 pelo falecimento Domingues Azevedo, Ex- Bastonário da dos Contabilistas; o Voto 5/117 pelo falecimento de António Barbosa de Melo Ex-Presidente da Assembleia da República; e o Voto 6/117 pelo falecimento do escultor José Rodrigues. -----

----- A Mesa pergunta se alguém quer intervir, se não eu proporia que a Mesa lesse, portanto, alternadamente cada um dos votos e vamos votando por uma questão de respeito pelas pessoas que estamos aqui a lembrar. Portanto, pedia à Senhora Primeira Secretária que lesse o primeiro Voto de Pesar 1/117.” -----

----- **VOTO 1/117 – “VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MONIZ PEREIRA, O “SENHOR ATLETISMO”;** -----

----- **A Senhora Primeira Secretária, em exercício** no uso da palavra fez a leitura do Voto de Pesar 1/117:-----

----- “ *Voto de Pesar pelo falecimento de Moniz Pereira, o “Senhor Atletismo”.* -----

----- *Mário Alberto Freire Moniz Pereira, nasceu em Lisboa, a 11 de fevereiro de 1921. Ficou conhecido em Portugal como "Senhor Atletismo" e é considerado o principal responsável pelas conquistas na modalidade depois da chegada da democracia no país.*

----- *O desporto esteve sempre presente na sua vida. Praticou andebol, basquetebol, futebol, hóquei em patins, ténis de mesa, voleibol e claro, atletismo — a sua grande paixão. O recorde nacional do triplo salto chegou a pertencer-lhe, mas foi quando assumiu o papel de treinador que começou a fazer uma revolução em Portugal.*-----

----- *Licenciou-se em Educação Física pelo Instituto Nacional de Educação Física de Lisboa, atual Faculdade de Motricidade Humana, onde também foi professor durante 27 anos. Moniz Pereira treinou dezenas de atletas, estando presente, como técnico, em 12 Jogos Olímpicos e em 13 Campeonatos da Europa. Treinou atletas como Carlos Lopes, Fernando Mamede, Domingos Castro, Dionísio Castro, Francis Obikwelu e Naide Gomes, tendo por isso uma grande responsabilidade pela projeção de Portugal no desporto mundial.* -----

----- *Além do desporto, Moniz Pereira destacou-se ainda como compositor musical, nomeadamente de Fado. Ao todo, é autor da música de 114 temas. Entre esses temas constam alguns dos fados e canções mais conhecidos do panorama musical português, interpretados por figuras como Amália Rodrigues, Carlos do Carmo, Fernando Tordo, Camané e Paulo de Carvalho.*-----

----- *Recebeu, em vida, várias condecorações entre elas a Medalha de Mérito Desportivo, em 1976 e 1984, a Comenda da Ordem do Infante D. Henrique, em 1981, a Comenda da Ordem da Instrução Pública, em 1984, a Medalha de Mérito em Ouro, em 1985, a Ordem Olímpica, em 1988, e ainda foi condecorado como Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, em 1991.* -----

----- *Em 2007, a cidade de Lisboa mostrou também o seu reconhecimento tendo atribuído a Mário Moniz Pereira a Medalha de Honra da cidade e o seu nome à pista municipal de atletismo.* -----

----- *Faleceu a 31 de julho de 2016, aos 95 anos de idade.*-----

----- *O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 13 de Setembro de 2016, que delibere: -----*

----- *1. Guardar um minuto de silêncio em sua memória.*-----

----- *2. Remeter o presente voto de pesar à sua família, ao Sporting Clube de Portugal e à Federação Portuguesa de Atletismo.”*-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Primeira Secretária. Pergunto se há alguma intervenção? O Grupo Municipal do CDS/PP observa que também subscreve este Voto.-----

----- A Mesa vai pôr este Voto de Pesar 1/117 à votação, o Voto de Pesar pelo falecimento de Moniz Pereira, o “Senhor Atletismo”. Não tem votos contra e nem abstenções. **O Voto de Pesar 1/117 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Quanto ao minuto de silêncio faremos no fim pelo conjunto dos Votos de Pesar.--

----- Vamos passar agora à leitura do Voto de Pesar pelo falecimento de Artur Correia, o “Ruço”, que é subscrito pelo Partido Socialista e também pelo CDS/PP, assim mo informaram.” -----

----- **VOTO 2/117 – “VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ARTUR CORREIA, O “RUÇO”;**-----

----- **A Senhora Segunda Secretária**, no uso da palavra, fez a leitura do Voto de Pesar 2/117:-----

----- “ *Voto de Pesar pelo falecimento de Artur Correia, o “Ruço”.* -----

----- *Faleceu no passado dia 25 de julho, Artur Manuel Soares Correia. Nascido a 18 de Abril de 1950, em Lisboa, começou a jogar futebol no Clube Futebol Benfica, o “Fófo”.* -----

----- *Jogou no Sport Lisboa e Benfica, mudando-se depois para Coimbra, onde vestiu a camisola da Briosa durante 3 anos, e onde estudou medicina, nunca tendo acabado o curso. Voltou para o Benfica em 1971, clube do qual era sócio desde que nasceu, entrando para equipa principal, pela qual conquistou 5 Campeonatos e uma Taça de Portugal. Entre 1977 e 1980, joga no Sporting Clube de Portugal, ganhando mais um Campeonato e uma Taça de Portugal.* -----

----- *Internacionalizou-se com a camisola da Quinas, tendo representado Portugal em 34 jogos. Foi considerado um dos melhores laterais direitos do futebol europeu.* -----

----- *Artur Correia, ou o “Ruço”, alcunha pela qual também era conhecido, abandonou cedo a sua carreira no futebol, forçado por um primeiro acidente cardiovascular, quando tinha 29 anos.* -----

----- *Em 1981, o Presidente da República, General Ramalho Eanes, agraciou-o com a Ordem do Infante D. Henrique.* -----

----- *Deu o seu contributo à cidade desde 1985 como colaborador na área do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa.* -----

----- *Desaparecido prematuramente, assim como prematuramente deixou o futebol, a Assembleia Municipal de Lisboa presta homenagem à sua memória.* -----

----- *O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 13 de setembro de 2016, que delibere:* -----

----- *1. Guardar um minuto de silêncio em sua memória.* -----

----- *2. Remeter o presente voto de pesar à sua família, ao Sport Lisboa e Benfica e à Federação Portuguesa de Futebol.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito bem Senhores Deputados, vamos pôr o **Voto de Pesar 2/117** à votação. Não há votos contra e nem abstenções. Foi **aprovado por unanimidade.** -----

----- Faremos o minuto de silêncio no final. Passamos agora ao Voto de Pesar 3/117 pela morte de Maria Isabel Barreno, que é apresentado pelo Bloco de Esquerda e subscrito também pelos Senhores Deputados Independentes.”-----

----- **VOTO 3/117 – “VOTO DE PESAR PELA MORTE DE MARIA ISABEL BARRENO”**;-----

----- **A Senhora Primeira Secretária, em exercício** no uso da palavra fez a leitura do Voto de Pesar 3/117:-----

----- “ *Voto de Pesar pela morte de Maria Isabel Barreno.*-----

----- *Faleceu, no passado dia 3 de setembro, aos 77 anos, Maria Isabel Barreno. Portugal ficou mais pobre. Perdeu uma investigadora e escritora, mas também uma das mais relevantes feministas da história portuguesa.*-----

----- *Nascida em Lisboa em 1939, Maria Isabel Barreno licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, trabalhou no Instituto Nacional de Investigação Industrial, foi jornalista e conselheira na área cultural da embaixada portuguesa em Paris.*-----

----- *Desde muito cedo descobriu o gosto pela leitura e começou por escrever poesia, que nunca chegou a publicar. Da vasta obra publicada constam trabalhos de investigação sociológica, como a Adaptação do Trabalhador de Origem Rural ao Meio Industrial Urbano, romances e contos, muitos deles premiados. O seu livro de contos Os Sentos Incomuns recebeu o prémio Camilo Castelo Branco e o galardão do Pen Club. Já ao seu romance Crónica do Tempo foi atribuído o prémio Fernando Namora.*-----

----- *Dedicada à causa feminista e à defesa dos direitos das mulheres, publicou, em 1972, o volume A Condição da Mulher Portuguesa, dirigido por Urbano Tavares Rodrigues. Mas foi com o livro escrito em coautoria com Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa que Maria Isabel Barreno se afirmou como uma figura incontornável da história feminista portuguesa. Publicado em pleno regime fascista, o livro Novas Cartas Portuguesas atravessou fronteiras e desmascarou as opressões da ditadura e a condição da mulher na sociedade portuguesa. Considerado imoral e pornográfico, o livro foi censurado pelo regime e tornou-se o mote de um processo em Tribunal que viria a durar dois anos e que ficou conhecido como o caso “Três Marias”. A reflexão sobre a expressão sexual feminina, o incesto, a violação, o aborto e a denúncia da submissão da mulher à ordem patriarcal, burguesa e católica, da violência doméstica e de género, mas também da pobreza e das injustiças da guerra colonial, representam um marco crucial na evolução do pensamento feminista em Portugal.*-----

----- *Em 1985, Maria Isabel Barreno publicou um estudo sobre a discriminação das mulheres: O Falso Neutro: Um estudo sobre a discriminação sexual no ensino. Este estudo analisava o discurso escolar e as imagens usadas nos manuais do ensino secundário, concluindo que estes são reveladores de assimetrias de poder, tanto na descrição da vida profissional como social das mulheres.*-----

----- *Foi uma das pioneiras na batalha pela eliminação do uso do masculino genérico, conceito que cunhou como falso neutro, e pela sua substituição por formas inclusivas e não discriminatórias que respeitem o direito de homens e mulheres à representação*

linguística da sua experiência e subjetividade e ao reconhecimento de que nenhum dos sexos pode ter o exclusivo da representação da humanidade. “As palavras não são escolhidas arbitrariamente. Homem corresponde a ser humano por se ter achado, na sociedade patriarcal em que nasceu e/ou se formou o latim, que ele era o legítimo e bastante representante do ser humano – a mulher já estava, então, na sombra do doméstico, da família: reduzida a ‘companheira’, a procriadora sem direitos” (In BARRENO, Maria Isabel (1985). *O Falso Neutro: Um estudo sobre a discriminação sexual no ensino*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, p. 84). -----

----- A sua determinação e dedicação à defesa dos direitos das mulheres levou-a, ainda, a fundar, na própria noite do dia em que terminou o julgamento das "Três Marias", juntamente com Maria Teresa Horta e outras mulheres ativistas, o Movimento de Libertação das Mulheres. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Extraordinária a 13 de Setembro de 2016, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera: -----

----- 1 - Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Maria Isabel Barreno e apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à família; -----

----- 2 - Guardar um minuto de silêncio em sua memória; -----

----- As Deputadas e os Deputados Municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, naturalmente o Voto é também subscrito pelos Senhores Deputados Independentes. -----

----- A Mesa chama a atenção que tem que se fazer uma retificação na redação, e “reunida em Sessão Extraordinária” e não “Ordinária”, aliás a Senhora Primeira Secretária leu bem, e no Voto que lemos anteriormente também é preciso fazer uma correção na data que está errada. -----

----- Vamos então pôr à votação o **Voto de Pesar 3/117**, pela morte de Maria Isabel Barreno. Não há votos contra e nem abstenções. **Aprovado por unanimidade**. -----

----- Vou agora pedir à Senhora Primeira Secretária para ler o Voto 4/117, uma vez que a Senhora Segunda Secretária manifestou o gosto de ser ela a fazer a leitura do Voto do Barbosa de Melo, que é o n.º. 5/117, portanto, pedia à Senhora Primeira Secretária se não se importava de ler o Voto de Pesar n.º. 4/117.” -----

----- **VOTO 4/117 – “VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE DOMINGUES DE AZEVEDO”**; -----

----- **A Senhora Primeira Secretária, em exercício** no uso da palavra fez a leitura do Voto de Pesar 4/117: -----

----- “ *Voto de Pesar pelo falecimento de Domingues Azevedo*. -----

----- *António Domingues de Azevedo tinha 66 anos e faleceu no passado domingo, 11 de setembro, em Vila Nova de Famalicão, onde nasceu e vivia*. -----

----- Domingues de Azevedo liderava há 20 anos os destinos da entidade que regula a profissão de técnicos oficiais de contas, agora designados de contabilistas certificados, tendo-se tornado em Março de 2009 o primeiro bastonário da história da instituição, quando esta passou a Ordem. Era, também, desde 2015, presidente do CILEA (organização internacional de contabilistas). -----

----- Deputado pelo Partido Socialista na Assembleia da República entre 1983 e 1995, foi o autor do projeto-lei que regulamentou a profissão de Técnico Oficial de Contas. Exerceu os mais diversos cargos partidários e era ainda o atual presidente da Comissão Nacional de Fiscalização Económica-Financeira do Partido Socialista. ----

----- Domingues Azevedo é alguém que deixa saudades a todos os que tiveram a felicidade de o conhecer e com ele lidar, aliando a sua conhecida tenacidade e espírito de combate em prol dos seus ideais a uma boa disposição constante e contagiante. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 13 de Setembro de 2016, que delibere: -----

- 1. Guardar um minuto de silêncio em sua memória. -----
- 2. Remeter o presente voto de pesar à sua família, à Ordem dos Contabilistas Certificados e ao Partido Socialista. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, vamos votar o Voto de Pesar pelo falecimento de Domingues Azevedo. Não há votos contra e nem abstenções. **O Voto de Pesar 4/117 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Vamos agora sim então ao Voto de Pesar pelo falecimento de António Barbosa de Melo. -----

----- A Mesa informa que o Grupo Municipal do PSD se associa ao Voto que foi por mim apresentado.” -----

----- **VOTO 5/117 – “VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO BARBOSA DE MELO”;** -----

----- **A Senhora Segunda Secretária**, no uso da palavra fez a leitura do Voto de Pesar 5/117:-----

----- “Voto de Pesar pelo falecimento de António Barbosa de Melo. -----

----- Nascido em 1932 em Penafiel, numa família numerosa, António Barbosa de Melo cursou Direito em Coimbra, onde se licenciou e terminou o Curso Complementar de Ciências Político-Económicas. Especialista em Direito Administrativo, foi docente e investigador da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e recebeu, em 1961, o Prémio Calouste Gulbenkian pela sua dissertação “Do vício de forma no acto administrativo”.-----

----- Após o 25 de Abril de 1974, Barbosa de Melo foi um dos fundadores do então Partido Popular Democrático (actual PSD), com Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota. Com o grupo dos juristas de Coimbra (onde se inseriam Jorge de Figueiredo Dias, Manuel da Costa Andrade ou Carlos Alberto da Mota Pinto), influenciou, num sentido de aprofundamento social-

democrata, o próprio programa do partido. Mais tarde, na sequência do congresso de Leiria, em 1976, apoiaria Sá Carneiro na reconquista do partido após o PREC, embora se tenha afastado das lides partidárias no final de 1977. Foi reeleito para a Assembleia da República em 1981, 1985, 1987, 1991 e 1995, tendo sido eleito Presidente daquele órgão de soberania em 1991, funções que desempenhou até 1995. Foi ainda membro do Conselho de Estado, de 1985 até 2005.-----

----- Integrou a Comissão para a Elaboração da Lei Eleitoral para a Assembleia Constituinte, em 1974. Foi nesta Assembleia que veio a ter um papel determinante como líder da bancada do então PPD, tendo contribuído de forma decisiva para o consenso maioritário que se gerou em torno do texto constitucional, apesar dos tempos conturbados que se viviam. Homem sábio, prudente e eloquente, a sua voz era ouvida com respeito mesmo pelos que não se reviam nas suas opções políticas. -----

----- Entre os restantes cargos que exerceu, foi vogal da Comissão Instaladora do Instituto Nacional de Administração, fundado em 1979, e participou na fundação do Centro de Estudos e Formação Autárquica, em 1981, a que presidiu até 1991 e onde defendeu um sistema de formação profissional para o desempenho de funções na Administração Pública. Além da Universidade de Coimbra, também leccionou na Universidade Católica Portuguesa, exercendo uma função preponderante no arranque do curso de Direito no Porto. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa lamenta a morte do cidadão e democrata empenhado e envia à sua família e amigos as mais sentidas condolências.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, o CDS também se associa a este Voto que é subscrito por mim e pelo PSD.-----

----- Vamos pôr o Voto de Pesar pelo falecimento de António Barbosa de Melo à votação. Não há votos contra e nem abstenções. **O Voto de Pesar 5/117 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Vamos agora passar ao último Voto de Pesar, vou pedir à Senhora Primeira Secretária para ler, pelo falecimento do escultor José Rodrigues.” -----

----- **VOTO 6/117 – “VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ RODRIGUEZ”;** -----

----- **A Senhora Primeira Secretária, em exercício** no uso da palavra fez a leitura do Voto de Pesar 6/117:-----

----- “Voto de Pesar 06/117 pelo falecimento de José Rodrigues. -----

----- José Joaquim Rodrigues nasceu em Luanda a 21 de Outubro de 1936, filho de um casal transmontano, natural de Alfândega da Fé. A vocação para as artes parece tê-lo sempre acompanhado. Depois de persuadir o pai a deixá-lo estudar em Portugal, viveu, primeiro, no distrito de Bragança, em casa de familiares, e, depois, aos catorze anos, fixou-se no Porto, com o intuito de estudar Belas Artes. Concluiu o curso de Escultura em 1963 na Escola Superior de Belas Artes do Porto, onde foi professor. ---

----- Em 1968, com os colegas Ângelo de Sousa, Armando Alves e Jorge Pinheiro, que com ele terminaram o curso com a classificação máxima, formou o grupo “Os Quatro Vintes”. A inspiração para o nome deste grupo de artistas terá sido encontrada num popular maço de tabaco, da marca “Três Vintes”. -----

----- No Porto, onde passou a maior parte da sua vida, fundou e presidiu à Cooperativa de Ensino Artístico Árvore que, desde 1963, é uma referência cultural da cidade. Também se ligou ao Minho, mais concretamente a Vila Nova de Cerveira, onde recuperou o convento de São Paio e ajudou a promover a Bienal Internacional de Cerveira, instituída no ano de 1978. -----

----- Além da escultura, fez ilustração para livros de escritores e poetas, como Eugénio de Andrade, Jorge de Sena, Vasco Graça Moura e Manuel Alegre. Produziu cerâmica e medalhística e realizou cenografias para a Companhia Nacional de Teatro da Galiza, Companhia de Teatro de Madrid, Teatro Universitário do Porto, Teatro Experimental do Porto, com a Seiva Trupe, Teatro Experimental de Cascais e Teatro D. Maria II. Em 1996 desenhou para a Câmara Municipal Porto o cenário da cerimónia de classificação do Porto como Património da Humanidade. Nesta cidade ficou célebre o “cubo”, escultura que se pode ver na Ribeira. -----

----- Foi um dos maiores nomes das artes plásticas portuguesas, para além de cidadão exemplar. Tendo exposto em todo o mundo, está representado em várias colecções particulares e instituições, no país e no estrangeiro. Recentemente, convertera o seu atelier na Fundação José Rodrigues, dotada de salas de exposição e de um auditório. Deixa na cidade do Porto em especial, mas também em todo o país, uma obra que perdurará e uma marca de autenticidade e cidadania que foram o seu timbre até ao fim da vida. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa lamenta a morte de José Rodrigues e envia aos seus familiares e amigos as mais sentidas condolências. -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, vamos votar o Voto de Pesar pelo falecimento de José Rodrigues. Não há votos contra e nem abstenções. **O Voto de Pesar 6/117 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Agora sim um minuto de silêncio por todos estes cidadãos ilustres que nos deixaram. -----

----- (Neste momento foi guardado um minuto de silêncio) -----

----- Muito obrigada Senhores Deputados, vamos entrar agora no Ponto 2 da nossa Ordem de Trabalhos, que são as Declarações Políticas. Há uma série de documentos que foram apresentados, eu proponha que os Votos de Saudação apresentados pelo Bloco de Esquerda fossem depois votados quando votássemos as Moções e Recomendações das Declarações Políticas, porque acho que faz mais sentido na dinâmica de reunião e lembrar o modelo destas Sessões para que não haja dúvidas. ----

----- Intervêm nas Declarações Políticas, eu vou ler o que diz o Regimento. “ A Sessão inicia-se com a intervenção dos Grupos Municipais e dos Deputados que exercem o

mandato como Independentes para apresentação das Declarações Políticas, que podem ser acompanhadas de propostas, de moções e de recomendações, no máximo de uma de cada Força Política”. O número 2 deste mesmo Artigo diz que “os que queiram produzir Declarações Políticas devem comunicar essa intenção à Mesa até ao início da Sessão”, nós temos só a intenção de declaração política de quatro forças políticas.” ----

----- **PONTO 2- DECLARAÇÕES POLÍTICAS;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “Espero que não tenha havido falhas e assim faremos. Cada intervenção inicial, que é de 8 minutos, é seguida de um período em que cada Grupo tem 15 minutos para fazer perguntas ou pedir esclarecimentos sobre a intervenção, findo o que o Partido que fez a intervenção, a declaração política termina com 4 minutos. A Câmara tem 10 minutos no total desta parte da Sessão para prestar esclarecimentos sobre os documentos ou sobre as Declarações Políticas, portanto, pedia a atenção à Câmara, são 10 minutos no total, as Declarações Políticas é um espaço do protagonismo próprio dos Grupos Municipais e dos Deputados, não tanto da Câmara, mas a Câmara tem em todo o caso 10 minutos para poder dar alguma explicação ou esclarecimento que entenda fazer e fá-lo-á assim que o peça à Mesa, não é necessariamente no fim da Sessão, é quando pedir.-----

----- Portanto, sendo assim e estando clarificada esta questão eu vou pedir à Senhora Segunda Secretária que dê a palavra aos Senhores Deputados Municipais inscritos para a primeira Declaração Política.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** fez a seguinte Declaração Política:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público presente, Jornalistas.-----

----- Regressados ao trabalho político na Assembleia Municipal verificamos que poucas são as boas novidades na nossa Cidade, foi um bom ano turístico, naturalmente bom para os turistas e visitantes, bom para os industriais do turismo e hotelaria, terá sido igualmente bom para os Lisboaetas e particularmente para os trabalhadores da hotelaria e serviços? Teria sido previsível ou possível ganharmos todos? Possível sim, teria sido possível mas não foi porque a partilha das vantagens desta importante atividade não existiu, não houve melhor emprego, melhor remuneração de trabalho e as populações muitas vezes desesperaram com tantos abusos e sobre usos do espaço comunitário.-----

----- A nossa Cidade vai entrar no outono/inverno de 2016 com mais e melhores pavimentos! Depois de um abandono intolerável e de muitas e muitas manifestações de desagrado, finalmente a Câmara lançou a onda, a “super onda” de pavimentações, mais vale tarde do que nunca!-----

----- Naturalmente muitos incómodos para os moradores e um trânsito automóvel mais caótico a anunciar o inverno do descontentamento quanto à mobilidade é, dizem alguns, o custo que temos que pagar por repor as condições do pavimento e passeios da cidade há muito reclamadas.-----

----- De notar que esta intervenção intensiva alargada a grandes qualificações não é neutra para o bem-estar dos lisboetas e estranhamente não está a ser acompanhada da melhoria dos transportes públicos coletivos e outros. Se o transporte individual na cidade não é mais promovido ou protegido é necessário e urgente garantir a alternativa da mobilidade e para a cidade é importante novos investimentos no transporte público e o que vemos e alguns de nós conhecem em concreto? O Metro não apresenta uma só que seja melhoria, antes pelo contrário, tornou-se uso pedir desculpa pelos incómodos causados, parece uma lengalenga, muitas interrupções, comboios menos frequentes, menos rápidos, pior serviço para os utilizadores, a CARRIS parece definhar em frequência na regularidade das carreiras, a Transtejo por problemas de frota tem tido múltiplas interrupções, já a Soflusa continua a suprir carreiras fluviais por falta de trabalhadores, enfim, as insuficiências do serviço público de transportes são um mau prenúncio da tempestade do trânsito caótico que nos espera neste inverno e falando nós de problemas concretos da cidade de repente como que por magia circense aparece na comunicação social dominante o espetáculo de quem é quem, o mais alto, o mais esbelto, o mais bem vestido, o melhor pré-candidato, o melhor contra candidato ou alter-candidato a Presidente da Câmara nas eleições do próximo ano. -----

----- Alguns saem a terreiro muito cedo, precocemente, outros reservam-se para mais tarde e o que está grita-lhes “Eu estou cá!” e assim se cria o enredo criativo de palrar sobre marionetas e do real e concreto nada dizer! -----

----- Na verdade os liquidatários da cidade e do povo de Lisboa e do país já não podem, como podiam antes, mesmo com o apoio da servil voz do dono da triste comunicação liberal que temos, por isso a cidade vai contar connosco para renovar-se, defender-se e relançar-se, mas teremos todos naturalmente nesta Assembleia Municipal, o nosso papel é esse, o papel de contribuir para clarificar as intervenções da Câmara e de outros órgãos dentro da cidade de maneira a salvaguardar uma cidade para todos, que é um prazer habitar e viver. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado. A Mesa regista um pedido de palavra do Partido Socialista para colocar questão sobre esta matéria.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra, pôs a seguinte questão: -----

----- “ Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Deputado Carlos Silva Santos, foi com algum gosto que o ouvimos aqui relativamente àquilo que foi congratular-se com a repavimentação da cidade de Lisboa. -----

----- Quanto à repavimentação da cidade de Lisboa, eu fiquei sem perceber e sendo Membro da 2ª. Comissão, à Comissão que Vossa Excelência preside de Economia e Turismo aqui da Cidade, da 2ª. Comissão aqui da nossa Assembleia Municipal, Vossa Excelência falou dos trabalhadores da Cidade, falou da economia, falou do emprego, falou do turismo, falou da qualidade de vida na cidade, no fundo tudo temos que têm vindo a demonstrar segundo os indicadores económicos que têm vindo a melhorar nestes últimos meses e a questão que gostava de lhe colocar é que se Vossa Excelência

se congratula também com eles, ou seja, se se congratula com a repavimentação das artérias principais da cidade como sendo uma iniciativa de sucesso do Executivo, como nós também achamos que é e também nós nos congratulamos e achamos que o PCP também o faz relativamente àquilo que são dados inquestionáveis, que é uma melhoria da cidade de Lisboa em termos económicos, em termos de indicadores económicos, que dizem que é uma Cidade de turismo, é uma escolha de turismo a nível nacional e internacional, que os indicadores do desemprego que têm vindo a diminuir, são dados estatísticos e, portanto, são incontornáveis, mas que Vossa Excelência de uma forma ou de outra por algum motivo certamente conseguiu contornar mas que agora vai reconhecer certamente porque eles são inoxidáveis. -----

----- Era isto Senhora Presidente, muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado Manuel Lage, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Carlos Silva Santos para reagir, tem quatro minutos, não tenho mais pedidos de intervenção. O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos, os quatro minutos da intervenção final.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Senhor Deputado, muito obrigado pelo que disse mas convém não truncar o que se diz! O que eu disse é, ah sim, reconhecer naturalmente a pavimentação, mas reconhecer, como já tenho dito aqui outras vezes diretamente ao Senhor Presidente que a falta de preparação, o deixar abandonar até ao fim deu esta onda de pavimentação com alguns incómodos que nós consideramos que é um custo natural agora, mas que pressupõe um aviso à navegação futura que já aqui fizemos, é que convém não parar a onda da pavimentação como uma onda, deve ser mantida, planeada e há muita rua para pavimentar! Deixámos essa recomendação aqui e penso que é isso que deveria ser valorizado Senhor Deputado. -----

----- Uma coisa bem-feita é bem-feita! Agora deixar abandonar até ao fim para depois construir, estamos mal muito tempo e estamos mal porque somos muito incomodados por muita coisa feita ao mesmo tempo. -----

----- Era esta a recomendação clara que tinha! A outra quando falei dos do turismo, eu liguei diretamente o turismo, é claro que nós estamos e contentes, naturalmente que o processo de recuperação, insuficiente, mas parcial dos direitos dos trabalhadores e do rendimento e o que eu falei claramente foi que no turismo não houve partilha, Caríssimo Senhor Deputado, é que o turismo foi tão bom, um ano bom e eu disse que para os industriais deste país, mas para os trabalhadores da hotelaria não houve quase nenhuma melhoria, quase nenhuma e as pequenas, uma ou outra, nalguma unidade hoteleira parcelar não representam aquilo que poderia ter sido feito, é que se houve vantagens no turismo há que partilhá-la e o Senhor Deputado estará concordando comigo, há que partilhá-la também com os trabalhadores e com a cidade, porque os trabalhadores são contribuinte reais para a cidade se receberem salários, portanto, esta é a questão de concreta de que ele me queria referir.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos passar á Declaração Política seguinte, é o Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Boa-tarde a todos e a todas. Conforme foi referido, apresentamos dois Votos de Saudação, um aos Bombeiros Portugueses. O país atravessou e ainda atravessa o drama anual que se repete dos incêndios. Há problemas estruturais a resolver a na gestão da nossa a área florestal, mas há sobretudo uma entrega e uma solidariedade destes homens e mulheres que combatem os incêndios do país que merecem o nosso reconhecimento e, portanto, apresentamos o nosso Voto de Saudação. -----

----- Depois apresentamos também um Voto de Saudação ao ator Nuno Lopes, ganhou um prémio num Festival de Cinema em Itália, é um prémio importante e é sobretudo um prémio se relaciona com a Cidade de Lisboa, porque se trata de um filme sobre bairros pobres na Cidade de Lisboa e as realidades que atravessam esta Cidade estão refletidas nesse filme e refletidas por este ator nessa peça. -----

----- Depois apresentamos uma Moção sobre o Estado da Democracia num país tão próximo de nós como é o Brasil. No Brasil assistimos em direto quase como uma película de ficção a um embuste, a uma farsa de um processo de impeachment que não acreditávamos que fosse possível acontecer. Assistimos a um espetáculo triste em que Deputados justificaram o seu voto “sim pelo impeachment” dedicando ao seu neto abdicando do adeus, contra os sindicatos, pelo marido que é xerife contra a corrupção e que no dia seguinte ou nos dias seguintes foi detido por corrupção e assistimos até horror de justificar estes votos pela ditadura militar homenageando torturadores, foi um espetáculo triste e é um ataque à democracia que não podemos deixar passar em claro! E foi tudo menos a justificação pela qual a Presidente do Brasil foi acusada, as tais pedaladas fiscais são manobras orçamentais contra, que foram feitas pela Presidente e que antecessores seus também o fizeram e ainda Michel Temer teve o desprazo agora de passar uma nova Lei em que torna as pedaladas fiscais legais e, portanto, já o pode fazer sem qualquer problema. -----

----- Este é um golpe contra a democracia, contra Dilma, mas é sobretudo um crime democrático contra 54 milhões de eleitores escolheram livremente e democraticamente o seu Governo. Há uma notícia ainda do de hoje que Eduardo Cunha, um dos principais promotores deste impeachment, que tem contas secretas na Suíça e tem um mandato de prisão preventiva pendente e que foi destituído da sua a função no Parlamento brasileiro e, portanto, a nossa solidariedade com esta Moção. -----

----- Depois voltamos e abordamos o tema que foi a notícia do final deste Verão em Lisboa, que foi com recebida com grande surpresa pela Cidade e por todos nós, o cancelamento da obra na 2ª Circular. -----

----- Foi-nos apresentada como uma obra urgente, necessária para garantir a segurança das pessoas que nela circulam para garantir o bem-estar de quem vive na proximidade, uma cicatriz urbana, era inadiável o Vereador do Urbanismo disse taxativo, não a deixaremos cair, está fora de questão, é uma obra tem mesmo de ser feita, custe o que custar. -----

----- Na sua comunicação o Senhor Presidente disse que estaria a ser acusado de eleitoralismo a pelas oposições de Lisboa às segundas, quartas e sextas. De eleitoralismo, porque queria fazer uma obra e às terças, quintas e sábados de eleitoralismo, porque já não fazia a obra. Não é bem uma divisão semanal, mas eu diria uma divisão mensal mais Junho e Julho, eleitoralismo, é preciso fazer uma obra rapidamente, terminá-la rapidamente e chegarem ao próximo verão com obra feita ou então Agosto, Setembro e Outubro, problemas no caderno de encargos, reclamações de empreiteiros, obra adiada possivelmente arrastar-se-á para dentro do período eleitoral.

----- A gestão do calendário eleitoral é de cada um e, portanto, cada um fará a sua, mas o que é importante neste processo é que foi comunicado que havia um problema de transparência alegado pelo júri que analisou o processo de concurso. O Senhor Presidente recebeu o relatório e, portanto, o relatório recomendava a anulação do concurso e avançou com essa anulação, havia um conflito, um alegado conflito de interesses, mas continuam a subsistir muitas dúvidas sobre este processo! -----

----- A primeira, aliás, foi também lançada numa entrevista dada este fim-de-semana pelo Senhor Presidente a um semanário em que era perguntado se a Câmara Municipal de Lisboa deveria ter maior conhecimento do Caderno de Encargos, portanto, é a origem do processo, é a origem do concurso e também a origem do problema. -----

----- Parece que o Senhor Presidente se irritou perante a insistência, não se percebe isso na entrevista, naturalmente, mas é o que nos disse o jornalista e respondeu que as Equipas da Câmara, dos Serviços desenvolvem os seus melhores esforços, mas, às vezes erram e porque não podem pairar quaisquer dúvidas de responsabilidade sobre os Serviços, entendemos nós, partilhamos também com o Senhor Presidente de que são sempre desenvolvidos os melhores esforços pelos Técnicos e pelas Equipas Camarárias e que, portanto, deve haver toda a confiança nesses serviços em especial na DMPO, a Divisão Municipal de Projetos e Obras e, por isso propomos uma Recomendação. A Recomendação propõe-vos que seja investido fortemente na formação e valorização dos Quadros Técnicos da Câmara, propõe também que haja uma limitação da contratação externa que é abusivamente utilizada, em particular os instrumentos de gestão territorial e, por último, apurar todas as responsabilidades e comunicar a esta Assembleia o resultado dessas responsabilidades, porque recordam-se Senhoras e Senhores Deputados, esta Assembleia empenhou-se fortemente neste processo da 2ª Circular. -----

----- Envolvemo-nos todos ativa e intensamente na discussão, os Grupos Municipais apresentaram propostas a sua visão para aquela via, a sua visão para aquela obra, as suas propostas em cima da mesa, realizámos até um grande debate público muito participado, recordam-se foi aqui muito perto do nosso da nossa Sala de Plenário e que foi muito divulgado e a opinião pública também de se envolveu nesta discussão. Este

é, sem dúvida, um projeto de enorme impacto para a Cidade porque implica, como disse, com a segurança das pessoas, com a qualidade de vida e com a qualidade do ambiente naquela zona da Cidade.-----

----- A anulação deste processo, tal como nos foi confirmada pelo Senhor Presidente pode trazer também, agravando o problema, custos de indemnização pela empreitada, o troço já adjudicado e que, portanto, ao ser cancelado poderá ter implicações de custos acrescidos para a Câmara e que por tudo isto entendemos, entende o Bloco de Esquerda que a transparência e a responsabilidade não podem apenas ser evocadas mas têm que ser exercidas. Compete a esta Assembleia, a responsabilidade e a transparência de fiscalizar o Executivo Municipal e o que se passou na 2ª Circular, exige o nosso empenho nisso, por isso, o Bloco de Esquerda entregará de imediato uma proposta de criação de uma comissão eventual de inquérito para que sejam apuradas todas as responsabilidades sobre este processo, todos os factos, todos os intervenientes e todos os responsáveis. Há muito que é preciso explicar sobre isto e era importante que a Assembleia, que se envolveu tanto na fase de preparação também se envolva agora nos esclarecimentos.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- A Mesa regista pedidos de palavra da Senhora Deputada Ana Gaspar, Independente, do Senhor Deputado José Leitão do Partido Socialista, não registamos mais, percentagem recorde Partido Socialista não sei se a Câmara Municipal quer intervir agora, o Senhor Presidente depois dirá.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, eu não sei qual é o teor das intervenções dos outros Partidos e dado o facto de a Câmara só tem 10 minutos, eu gostaria de intervir precisamente sobre este tema, não sei se será esta a melhor altura ou não.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Presidente intervém na altura que quiser, tem apenas que gerir o seu tempo. Eu vou apenas dizer ao Senhor Presidente que só há apenas mais duas Intervenções Políticas, uma da Senhora Deputada Cláudia Madeira do partido Ecologista “Os Verdes” e outra do Senhor Deputado Vasco Santos do MPT.-----

----- Portanto, se o Senhor Presidente quiser intervir agora intervém, se quiser intervir mais tarde intervém mais tarde, como quiser.-----

----- Vamos prosseguir entretanto.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Então intervirei no final para falar uma única vez sobre este tema.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ O Senhor Presidente quando quiser intervir intervém na altura em que pedir a palavra.-----

----- A senhora Deputada Ana Gaspar tem a palavra.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Cara Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Caríssimos e Caríssimas.-----

----- Acho que temos neste momento que nos congratularmo-nos porque estamos novamente aqui e pediria a vossa autorização para ler em primeiro lugar uma carta tardia que a Maria Teresa Horta fez à sua companheira, a nossa companheira Isabel Barreno que era, acho que no sentido feminista bastante lato e bastante abrangente e isto era: “ Se tivesse sabido, Isabel, tinha-te pedido, não partas já! Não vás ainda embora e ficaria à espera que te resguardasses com o teu olhar sereno, muito secreto e liso. Com o teu tranquilo e quase severo brevíssimo sorriso. Esta é a carta tardia a Isabel.” -----

----- Isto tem a ver para mim, porque para mim fazer poesia literatura é também o trabalho da Cidade, que todos nós tentamos fazer e a propósito da 2ª Circular dizer fraternalmente aos companheiros do Bloco que põem aqui questões que são certamente pertinentes, nós somos sempre os Deputados Municipais e, portanto, termos a inquietude do que este é para nós um processo foi transformado em não processo, ou seja, agrada-nos que se faça poesia assim.-----

----- Ou seja, deteta-se um erro e o erro é assumido e temos felizmente um Presidente da Câmara que ousa e digo novamente, que ousa ir à televisão e dizer “Houve um erro, suspende-se e será julgado.”. Nós chamamos a isto transparência, chamamos a isso a beleza da poesia, deixa-me lá ser utópica, a beleza da poesia do que fazemos diariamente, portanto, o processo foi transformada em não processo, não sabemos se isto tem a ver só com a contratação pública ou não, não desconfiamos obviamente dos Serviços, mas o que dizemos é que há direito a uma contratação direta, somos todos seres humanos há falhas. Felizmente neste processo democrático, houve a deteção de uma falha e isto será julgado e convenientemente transitado e sobretudo foi dito em público, sabendo nós que quando um Presidente de um Município diz isto em público e nos media é imediatamente trucidado e ousou-se fazer isto fazer, isto em nome daquilo que nós, enfim, o termo transparente tem sido muito mal tratado, mas eu que sou de Português, sei que transparência tem a ver com a etimologia ética do termo. ----

----- Depois relativamente à Moção do Brasil há de facto um golpe, o que está aqui em causa é, enfim, aquilo que nós chamávamos e alguns nós ainda chamamos a luta de classes e sim, a marcha dos povos é imparável e, portanto, é evidente que as condições que agora são, eu penso que aqui tudo nos une, mesmo que o que nós chamamos aquilo que nós chamamos... Ok Vereador, podemos discutir essa voltagem aos tempos. Aquilo que nos une é, de facto, se calhar muito mais do que aquilo que não nos une e, de facto, acho que nenhum de nós aqui, independentemente de posicionamentos estrito partidário ou não, está de acordo com o voltar às 62 horas de trabalho, por exemplo? Nenhum de nós concordará com isso!-----

----- Depois relativamente à questão dos Bombeiros pensamos que está a ser feito um largo onde todos nós recebemos os Bombeiros, está a ser feito um esforço, nunca é demais e eles são de facto os soldados da paz, não é? Todos nós somos um pouco isso e, portanto, será de saudar isso! -----

----- Relativamente à questão do IAC e da Livraria Municipal só queria dizer que...”--

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Deputada, esse ponto não é nesta Ordem de Trabalhos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não? Então calo-me já, saudando portanto a poesia de que é quem ousa fazer poesia nos tempos de hoje e arrostar com o processo. A 2ª Circular será feita, foi interrompida e bem, portanto, saudar aqui a Câmara na pessoa do seu Presidente que ousou, ousou de facto ser transparente e dizê-lo muito claramente a toda a população através de um meio de comunicação! Bravo, Bravo!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Deputada. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado José Leitão, do Partido Socialista. Inscreveu-se também o Senhor Deputado Diogo Moura, do CDS PP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Eu e o que queria dizer que me surpreende um pouco a atitude do Bloco de Esquerda nesta matéria, naturalmente que nós, desde o princípio, nos batemos pelo projeto da 2ª Circular, que consideramos aliás um projeto extremamente importante para a cidade e isso é, empenhámo-nos para que ele tivesse o maior debate possível, participámos nesse debate, saudamos todo o trabalho que foi feito a nível desta Assembleia. -----

----- Mas as obras não podem ser feitas a qualquer preço e de qualquer maneira e, portanto, eu penso que não ao preço da idoneidade dos procedimentos e da seriedade dos procedimentos e, portanto, nós pensamos que o Bloco de Esquerda vinha saudar não só em genericamente os funcionários da Câmara, mas o Presidente da Câmara e a Câmara por ter, naturalmente, com prejuízo porventura do calendário eleitoral de ter assumido com clareza que há obras que não podem ser feitas quando há dúvidas, quando há suspeitas de conflito de interesses e isso é muito importante, é um exemplo que se dá de que não há eleitoralismos que passem à frente da seriedade do rigor com que se conduz a atividade a nível Municipal. -----

----- Por outro lado, queria dizer que embora acompanhemos o primeiro ponto e o segundo da proposta apresentado pelo Bloco de Esquerda, há aqui algumas questões que nós não podemos acompanhar, e eu penso, aliás, que a atitude do Bloco de Esquerda revela alguma ingenuidade, eu diria alguma ingenuidade no que se refere,

por exemplo, à possibilidade de haver a nível Municipal também todas as competências para todos os projetos sendo que efetivamente alguns serão e são de grande dimensão e não justificarão porventura a existência permanente de todas aquelas qualificações a nível do Município, naturalmente que é necessário um reforço isso mas não justifica, efetivamente é uma atitude a meu ver, digamos, ingénuo pensar que até é possível ter um quadro inesgotável para responder a todas as necessidades e que não e que não há situações que justificam efetivamente ir buscar fora aquilo que é necessário para certos, para a elaboração de certos projetos. -----

----- Por outro lado, há uma outra proposta que embora, naturalmente, nós temos toda a confiança e saudamos a seriedade de todos os funcionários em geral, naturalmente é uma atitude ingénuo pensar que só pela circunstância de, digamos, das atuações serem feitas por funcionários ficam logo isentas de qualquer possibilidade de mácula, efetivamente naturalmente na vida as coisas são mais complexas, nós sabemos que, efetivamente há atitudes incorretas e que merecem sanção quer feitas por entidades públicas como privadas e, naturalmente, é um certo e agílimo pensar que as coisas assim não são, o que é preciso é agir com prontidão e penso que foi isso que a Câmara fez e, por isso, apoiamos a atitude da Câmara Municipal. -----

----- O Bloco de Esquerda, por outro lado, realmente fez aquilo que é o que costuma fazer nestas coisas, é trazer à última hora novas propostas que não faziam parte da história, mas sobre isso oportunamente nos pronunciaremos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS/PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente, boa-tarde a todos, Bem-vindos depois desta época de verão e de férias. -----

----- Eu relativamente à intervenção do Bloco Esquerda eu começaria pelo Voto de Saudação dos Bombeiros e obviamente, associamos a ele foi um verão muito difícil para todos não só para os Bombeiros, mas para todas as pessoas que passaram por esta fustigação dos incêndios e os nossos bombeiros mais uma vez, foram excecionais e foram exemplares e, nomeadamente o Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa que ajudou a combater tantos e tantos fogos pelo nosso país e também pelo nosso país e também, no Continente e obviamente também na Ilha da Madeira que foi também fustigada este ano e, portanto, dar aqui também a nossa palavra de saudação a todos os Bombeiros na generalidade. -----

----- Depois relativamente à 2ª Circular e sobre os últimos acontecimentos que nos são todos dados a conhecer quer pela voz do Senhor Presidente da Câmara, quer pela comunicação social e por algumas intervenções, dizer que para nós parece-nos claro que quando há uma dúvida de suspeições, de indícios em terminado processo, seja ele qual for, seja qual o teor do mesmo, que os mesmos devem ser averiguados e, portanto, parece-nos a nós que a atitude que o Senhor Presidente teve é a correta e, portanto, como digo quando há uma dúvida há que perceber o que é que se passa e parar os processos. -----

----- Temos algumas dúvidas sobre o porquê de parar a primeira fase, aliás, o Senhor Presidente suspendeu a primeira fase da 2ª Circular, e nesta segunda fase do concurso

pretende anulá-la, portanto, também era uma coisa que gostaríamos de perceber porque naturalmente não concordamos com esta divergência. -----

----- Depois de tem-se falado sobre várias as várias hipóteses, há uma versão da Câmara por parte, pela voz do Senhor Presidente, há uma outra versão por parte da empresa, nós não vamos entrar por aí, porque a verdade é que este órgão desde o início não tem acesso a nenhum documento, nós não temos o processo da empreitada e muito menos temos o Relatório do Júri e, portanto, eu nem me sentiria nem à vontade nem em condições de hoje fazer juízos sobre qualquer parte deste processo, não tenho conhecimento das peças e, portanto, parece que não me faz sentido. -----

----- Agora dizendo relativamente à intervenção do Deputado Ricardo Robles, eu penso que é preciso apurar as responsabilidades é preciso perceber e aí não concordo que o senhor Presidente, então não o faria através de uma conferência de imprensa, mas daria em primeiro lugar conhecimento se calhar aos Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, conhecimento do processo e da situação numa reunião privada, se calhar preferia ir por aí e depois, obviamente, dar conhecimento ao Órgão Fiscalizador do Município que somos todos nós e que até à data, não temos qualquer dado, qualquer documento sobre este processo e, portanto, somos sempre guiados por notícias nos tais jornais, nos nossos jornais sobre posições da empresa, que foi colocada aqui também em cheque e, portanto, percebo a posição da própria empresa, mas isto para dizer que aquilo que nós temos sempre desde o início, nós neste processo, como em todos, mas principalmente neste tendo em conta os indícios e as suspeições levantadas no Relatório do Júri é preciso prudência e, portanto, enquanto o CDS na Assembleia Municipal não tiver conhecimento, não só do Relatório do Júri, mas de todo o processo desde o seu início, nomeadamente do processo de empreitadas que nunca foi do conhecimento esta Assembleia não se irá pronunciar e nessa medida, Senhora Presidente, o CDS irá fazer entrar na nos Serviços da Assembleia um Requerimento exatamente a pedir, através de Vossa Excelência e junto do Senhor Presidente da Câmara todos estes dados para que possamos em tempo útil e após os devidos esclarecimentos a tomar uma posição sobre este processo.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, tem agora a palavra o Senhor Deputado Ricardo Robles, tem quatro minutos para encerramento.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Um as palavras muito breves sobre a ingenuidade de achar que o Município tem que ter todas as competências para todos os projetos! O Senhor Deputado não leu bem a nossa Recomendação, o que nós dizemos é valorizar e investir na formação e sempre que possível recorrer aos Serviços Camarários, o que não podemos fazer, que é o que é prática comum, é reconhecer toda a incompetência aos Serviços Camarários e

adjudicar todos os projetos de forma externa, isso é o que não pode ser feito e tem que ser invertido. -----

----- Depois foi abordado na intervenção dos Cidadãos por Lisboa e pelo Partido Socialista de que há falhas no processo e é de que atitudes incorretas, nós não sabíamos, porventura os Senhores Deputados saberão, quais foram as falhas? Conhecem-nas? Não conheço. Qual é a atitude incorreta dos serviços? Ainda não sabemos de nada, pelo menos não é público que tenha havido essas falhas, portanto, eu acho que é importantes nós de concentrarmo-nos nas funções atribuídas a este Órgão. -

----- Há muitas perguntas por responder, alegadamente há um consultor subcontratado que poderá ser produtor deste material, é assim ou não é? Ele tem capacidade para fornecer toda a 2ª Circular ou não? É o único produtor e tem exclusividade de comercialização, sim ou não? Foi ele que forneceu o troço já adjudicado ou não foi e foi outra empresa? Quem é que definiu o Caderno de Encargos na Câmara Municipal de Lisboa, quem aceitou o material alternativo em questão? O Júri antes de emitir o seu parecer final, no último dos Relatórios, não conhecemos os anteriores, ouviu o consultor que alegadamente tem um conflito de interesses? Ou não? Era possível manter o concurso excluindo o consultor de ser fornecedor da empreitada? Sim ou não? Tem respostas para estas perguntas? O Bloco de Esquerda não tem e, por isso, propõe uma comissão de inquérito.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados a Mesa recebeu o documento da proposta da Comissão Eventual de Inquérito, não está previsto nas nossas competências a criação de comissões de inquérito em todo o caso, naturalmente, a proposta em que ser analisada como deve ser e será levada à próxima Conferência de Representantes para que todos os grupos o possam a estudar e ver se temos, se ela tem, enfim, enquadramento legal ou não e, portanto, não podemos, neste momento pronunciarmo-nos sobre ela sem primeiro fazemos esta análise aprofundada da proposta que foi apresentada.-----

----- Eu fá-la-ei distribuir pelos Senhores Representantes e discuti-la-emos na segunda-feira em sede de Conferência de Representantes.-----

----- Vamos prosseguir agora, tem a palavra para uma intervenção, para uma Declaração Política a Senhora Deputada Cláudia Madeira, do Partido Ecologista “Os Verdes”. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhora Secretária, Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Para a declaração política de hoje Os Verdes escolheram o tema da cidade saudável.-----

----- Atualmente, o conceito de cidade saudável vai para além das questões do acesso à saúde. A saúde assume naturalmente um papel fundamental mas, paralelamente, há um conjunto de outros fatores que pesam na promoção de uma cidade saudável. -----

----- Precisamente por isso, é necessário estabelecer políticas com vista a um serviço de saúde acessível a todos, promovendo a saúde e prevenindo a doença, mas também com vista à promoção de estilos de vida saudáveis, com um ambiente sadio e equilibrado, um ecossistema estável e sustentável e a satisfação das necessidades básicas, numa perspetiva cada vez mais alargada de qualidade de vida. -----

----- Ou seja, se pretendemos que Lisboa seja um concelho harmonioso e sustentável, o bem-estar dos cidadãos deve estar no centro das tomadas de decisão, procurando melhorar o bem-estar físico, social e ambiental de todos os que aqui vivem e trabalham. -----

----- Sabemos que um habitat urbano pode levantar um conjunto de problemas e dificuldades. Em Lisboa, concretamente, há diversos fatores ambientais e sociais negativos que contribuem para um baixo nível de saúde das pessoas. Há carências a nível de cuidados de saúde, problemas relacionados com a qualidade do ar, o ruído, o trânsito, com a limpeza e a higiene, e com condições de habitabilidade, entre outros. --

----- Sabemos igualmente que Lisboa, além de integrar a rede portuguesa de municípios saudáveis, até foi um dos fundadores. Mas não basta fundar e fazer parte de uma rede nacional, e até europeia, de cidades saudáveis. É preciso que, no dia-a-dia, as pessoas sintam isso e na cidade toda, não só em determinadas zonas que têm merecido mais atenção. -----

----- Impõe-se, por isso, uma nova exigência: aos cidadãos que devem exigir uma cidade saudável na plenitude do seu conceito, e ao executivo que tudo deve fazer nesse sentido, não esquecendo que essa deve ser a prioridade. -----

----- Até nos podem dizer que há planos, que há programas e que tudo está já previsto. Aliás, ouvimos isso desde o início do mandato. Se há tudo isto, que se faça, porque estar só no papel e no plano das intenções não serve de nada.-----

----- Podemos dar alguns exemplos:-----

----- O Plano Municipal de Desenvolvimento da Saúde e Qualidade de Vida, acaba por ser uma promessa não cumprida em 2016. O ano passado apenas foi publicado o volume 1, com a caracterização ou diagnóstico. Até agora, por aí ficou. -----

----- O Contrato-Programa para a construção de Centros de Saúde na Cidade de Lisboa, foi reapresentado novamente na Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania, mas todo o projeto está em águas de bacalhau desde 2009, à exceção do Centro de Saúde de Carnide.-----

----- O Centro Hospitalar Lisboa Central tem uma carência extrema de trabalhadores, por exemplo, só a nível de enfermeiros, há 400 em falta. -----

----- Se nada for feito, e aqui a autarquia tem um papel absolutamente fundamental na defesa do direito à saúde, Lisboa arrisca-se a ficar sem a Maternidade Alfredo da Costa e sem os hospitais da Colina de Santana, o que é verdadeiramente inconcebível.-----

----- Perguntamos nós e perguntam os municípios: qual o futuro da saúde em Lisboa? --

----- E como não se trata apenas de saúde, passando a outras áreas, podemos dar o exemplo dos transportes, em que têm sido frequentes as notícias a reportar queixas por parte dos utentes. -----

----- Os atrasos e as supressões de autocarros são o dia-a-dia de quem anda na Carris, aos fins de semana e feriados há poucos autocarros e chega a haver 45 minutos de espera.-----

----- Para quem utiliza o Metro é cada vez mais evidente a deterioração dos serviços. Há perturbações, avarias, o tempo de intervalo entre comboios é maior e há falta de manutenção e limpeza.-----

----- Podemos dar também o exemplo da 2ª Circular, onde havia um projeto para melhorar a mobilidade e o ambiente na cidade, projeto onde a Câmara podia fazer a diferença e ir mais longe, e para o qual Os Verdes deram contributos com vista a melhorar significativamente a mobilidade não só nesta via, como na cidade.-----

----- Nesta via passam diariamente 105 mil veículos, é a estrada da capital com maior nível de sinistralidade, a que se juntam outros problemas, como a poluição atmosférica e sonora e o pavimento danificado.-----

----- Por isso mesmo, Os Verdes defenderam, desde logo nesta Assembleia, a introdução na 2ª Circular de um elétrico rápido ou metro de superfície, ligando interfaces de transportes, eventualmente do aeroporto até à estação da CP de Benfica, numa primeira fase, podendo depois estudar-se a possibilidade de ser prolongado, por exemplo até Algés.-----

----- Porém, estamos perante mais uma trapalhada, o que começa a ser frequente, infelizmente, e o que poderia representar a melhoria de um conjunto de aspetos, fica para já sem efeito, adiada até sabe-se lá quando.-----

----- Estamos novamente perante uma confusão tal que, como não podia deixar de ser, levou à anulação das empreitadas.-----

----- Mas a cidade não pode ficar mais retalhada, refém de um projeto que corre o risco de nunca se vir a concretizar e, mais uma vez, não podem ser os lisboetas a sofrer as consequências da falta de rigor do executivo.-----

----- Perguntamos: é esta a mobilidade que a Câmara planeou para Lisboa?-----

----- A tudo isto, juntam-se as queixas constantes por causa do trânsito, da higiene e limpeza, por causa da degradação do espaço público, por causa de projetos que a Câmara aprova, contrariando o objetivo de se alcançar uma cidade verdadeiramente saudável.-----

----- Resumindo, uma cidade que ainda apresenta problemas como Lisboa apresenta, e onde há ainda muito a fazer, será uma cidade saudável?-----

----- Perguntamos: passados tantos anos, é este o estado da cidade que o executivo deseja para os seus munícipes?-----

----- E o que Os verdes pretendem com esta declaração política é chamar a atenção e sensibilizar para um desafio que se coloca às cidades e muito concretamente a Lisboa, e apelar para que a Câmara Municipal, por um lado, trabalhe no sentido de promover Lisboa como uma cidade saudável, valorizando todas as componentes promotoras da saúde e da qualidade de vida, integrando-as em todas as políticas municipais, desde a higiene e limpeza, passando pelo urbanismo, pelo ambiente, pela ação social, pela educação, emprego, desporto, mobilidade e outras áreas.-----

----- Por outro lado, mas igualmente importante, que o executivo reivindique junto do poder central mais e melhores serviços de saúde, mais meios e recursos humanos para suprir as carências existentes, além de reivindicar políticas de promoção da qualidade de vida, por exemplo a nível de transportes. -----

----- Consideramos igualmente importante que esta Assembleia Municipal seja regularmente informada sobre os projetos e os desenvolvimentos resultantes da integração de Lisboa na Rede Nacional de Cidades Saudáveis. -----

----- Por fim e a terminar esta declaração política, Os Verdes reforçam que ajudava, e muito, que a Câmara Municipal de Lisboa implementasse as medidas aprovadas nesta Assembleia sobre saúde e qualidade de vida. -----

----- Perguntamos: o que impede o executivo de implementar e executar as recomendações desta Casa da Cidadania? -----

----- Obrigada” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- A Mesa não regista pedidos de palavra sobre a intervenção da Senhora Deputada Cláudia Madeira, nem dos Senhores Deputados nem por parte da Câmara. -----

----- Vamos passar à Declaração Política seguinte, que é do Senhor Deputado Vasco Santos, do MPT. Informo que ainda temos mais uma inscrição que estava aqui na Senhora Primeira Secretária e não na Segunda Secretária, que é do Senhor Deputado José Leitão, do Partido Socialista, para uma Declaração Política. -----

----- O Senhor Deputado Vasco Santos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, no uso da palavra, fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “ Boa tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Caros colegas e restantes presentes. -----

----- Antes de tecer algumas considerações, o Partido da Terra deseja a todos um bom regresso aos trabalhos, esperando que o confronto político continue a ser saudável. ----

----- Durante a interrupção dos trabalhos desta Casa, ocorreram de entre muitas, situações que gostaria de destacar. A primeira a obsessão cega por parte da Câmara Municipal em destruir o que resta dos Brasões da Praça do Imperio. -----

----- Depois dos últimos anos ao abandono, lá se inventou um concurso de ideias, para legitimar um atentado à história do país e do local. -----

----- Tendo já a Junta de Freguesia de Belém mostrado disponibilidade em assumir a conservação do espaço, mantendo a sua estrutura original, e sendo uma das bandeiras deste atual executivo da Câmara Municipal de Lisboa a descentralização, não entendemos porque continua de forma cega o querer destruir e querer alterar o que lá existe e reiterando fazendo um atentado à história do local e do País. -----

----- O segundo ponto que gostaria de destacar é a Interrupção das obras na 2ª Circular. Ouvimos o Sr. Presidente que iria suspender as obras pois será uma oportunidade de rever o projeto de forma a melhor servir os lisboetas. -----

----- Mas, sinceramente imputar às equipas técnicas a responsabilidade da interrupção das obras, tendo o concurso estado mal feito etc., Sr. Presidente, mas de qualquer forma estão a tentar encobrir as responsabilidades políticas, não nos parece o mais adequado. -----

----- Vimos com preocupação as eventuais indenizações que a Câmara Municipal de Lisboa terá de pagar pela interrupção das obras. -----

----- Estamos igualmente preocupados pelo facto da necessidade urgente ligada à segurança e à gestão do tráfego da atual 2ª circular. -----

----- Por exemplo, a curva junto à Escola Superior de Comunicação Social e o nó junto ao Campo Grande são problemas graves, que urgem ser resolvidos. -----

----- Independentemente das justificações, é claro que o executivo livrou-se de um possível problema possível problema eleitoral associado a derrapagens de prazos na conclusão das obras da 2º circular. -----

----- Disse!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- A Mesa não regista pedidos de palavra sobre a intervenção do Senhor Deputado Vasco Santos, nem da parte da Câmara. -----

----- Muito bem, nesse caso vamos passar à última Declaração Política, que é da Senhora Deputada Rute Lima do Partido Socialista. -----

----- Senhores Deputados, há aqui um ruído de fundo que se ouve perfeitamente no palco como se estivéssemos a ouvir aí em baixo, pedíamos portanto o vosso silêncio e se tiverem que falar podem falar lá fora.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rute Lima (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “ Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Respeitáveis Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Caro Público e Imprensa. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa tem dado provas da capacidade de gerir recursos, sejam eles os seus próprios recursos seja na forma como delega competências, seja ainda na forma como gere processos de consenso com o atual Governo para a melhoria da qualidade de vida de todos aqueles que fruem a Cidade de Lisboa que nela habitam ou que a visitam, prova disso é o alcance do novo regime das Polícias Municipais de Lisboa e do Porto. Processo aguardado há alguns anos e que vê agora o seu desfecho. -

----- Este trabalho conjunto entre a que a Municipal de Lisboa e o Governo permite que a Polícia Municipal encontre em cooperação com a Polícia de Segurança Pública tenha um papel muito relevante, não apenas na fiscalização e regulação do trânsito, mas ainda na prevenção e segurança rodoviária na proteção do ambiente em programas de interesse social, em eventos de natureza social e na utilização de sistemas de monitorização rodoviária. -----

----- Estamos perante um acordo histórico e fundamental que concretiza um importante, uma importante ambição da Câmara Municipal de Lisboa, que se traduz

num esforço considerável dos meios humanos e técnicos da Polícia Municipal para o adequado cumprimento da sua missão. -----

----- A excelente coordenação de esforços entre a Autarquia e o Governo nesta matéria, mas também no que se refere ao recém-assinado Contrato Local de Segurança refletirá uma abordagem incisiva e multidisciplinar com vista à melhoria da segurança e da qualidade de vida dos habitantes da cidade. -----

----- O Partido Socialista quer, portanto, enaltecer o esforço e o empenho do Município em mais esta conquista há muito ansiada, que em muito beneficiará a cidade de Lisboa ao nível da segurança e da forma como se reorganizarão as infraestruturas e efetivos na cidade. -----

----- Por fim e ainda em relação à Polícia Municipal gostaria o Partido Socialista de parabenizar todo aquele Dispositivo na pessoa do seu Comandante, o Superintendente Paulo Caldas, pelos 125 anos comemorados ontem. -----

----- O Partido Socialista congratula a Câmara Municipal de Lisboa na pessoa do seu Presidente Doutor Fernando Medina, pelo projeto de requalificação da antiga Estação Fluvial Sul/Sueste, junto ao Terreiro do Paço nesta sessão pelo projeto de requalificação. A Estação Sul/Sueste que era considerada uma ferida na cidade e se encontrava perdida no meio de uma área circundante grandiosa, ao ser agora, ao vir a ser agora requalificada fecha um ciclo de recuperação integral da Frente Ribeirinha, tornando-se uma centralidade com oferta turística e de lazer de Lisboa, permitindo ainda a ligação fluvial com as Docas de Belém e da Expo e com a Margem Sul do Tejo, traduzindo-se num virar da cidade para o Rio. Tornar a cidade mais atrativa e devolvê-la na sua plenitude aos cidadãos é uma importante missão. -----

----- Senhora Presidente está muito ruído na sala!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Eu já me queixei disso mas pelos vistos o meu apelo não foi ouvido e volto a fazê-lo! Peço o vosso silêncio Senhores Deputados, é que esta sala tem uma acústica que faz uma grande ressonância no palco qualquer barulho que se faça no plenário. -----

----- Faça favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rute Lima (PS)**, no uso da palavra, prosseguiu a Declaração Política: -----

----- “ Muito obrigada. -----

----- Tornar a Cidade mais atrativa e devolvê-la na sua plenitude aos cidadãos é uma importante missão e competência do Município que desta forma salvaguarda o seu património histórico, bem como os seus recursos naturais geográficos. -----

----- A visão estratégica do Município de Lisboa tem permitido que Lisboa se destaque entre as mais belas capitais da Europa, das capitais mais procuradas pelo turismo. Só com capacidade de investimento consensualizando medidas entre a Câmara Municipal e o Governo será possível continuar a aludir e efetivar o gradual crescimento da cidade, a gestão do piso térreo da Ala Oeste do Terreiro do Paço, possível, após a cedência do mesmo por parte do Governo, permite que toda a Praça do Comércio seja integralmente devolvida aos lisboetas, sendo esta uma das mais belas praças da Europa

e, para além da porta de entrada de Lisboa trata-se da mais emblemática centralidade de Lisboa, da cidade que no seu todo passará a ser usufruída por todos. -----

----- A nova Loja do Cidadão no Mercado 31 de Janeiro merece uma ressalva positiva por parte do Partido Socialista, após aquele que foi o encerramento dos Restauradores em 2013. -----

----- Lisboa é uma cidade dinâmica de serviços que não se coaduna com a restrição de serviços públicos e da manutenção de apenas duas Lojas do Cidadão. O impacto negativo com encerramento da loja dos Restauradores levou à perda da exigível qualidade do atendimento público, havendo uma regressão na prestação do serviço voltando-se à lógica dos serviços dispersos e com todos os constrangimentos atinentes, contrariando assim uma medida precipitada tomada em 2013, que é muito lesou Lisboa e os lisboetas, voltamos agora ganhar um novo espaço de centralização de serviços. Lisboa está portanto de parabéns!-----

----- Por último o Partido Socialista não pode deixar de elogiar a Câmara Municipal de Lisboa na pessoa do Senhor Presidente Doutor Fernando Medina, pela forma séria, transparente e corajosa como procedeu à anulação do procedimento concursal de requalificação da 2ª Circular, bem como a suspensão dos trabalhos que já decorriam. -

----- Os princípios da boa governação obrigam a todo e qualquer político ou gestor público que assuma com ética as mais variadas posições e tomadas de decisão em prol da Administração, tratando-se de um procedimento complexo tanto pela sua natureza com que os montantes envolvidos e o grau de complexidade processual e técnica e face às dúvidas existentes o Município agiu da melhor forma possível, com máxima e inequívoca responsabilidade, coragem e seriedade. -----

----- A requalificação da 2ª Circular é um investimento de extrema necessidade e tendo em conta tratar-se da entrada, da via de entrada em toda a Cidade, mas as necessidades sanam-se com processos administrativos e concursais que não ofereçam indícios de vícios de forma ou substância.-----

----- Os valores da ética, da transparência, da honestidade intelectual e institucional são a base inalienável da Administração, nos quais assenta a confiança dos cidadãos e a Câmara Municipal de Lisboa provou neste processo mais uma vez que é nestes valores que assenta a sua estratégia política. -----

----- Senhor Presidente Doutor Fernando Medina, fez efetivamente o que havia a ser feito! Não pode valer tudo e este é apenas o adiamento de um grande investimento para a Cidade e para os lisboetas. Por questões processuais, legais e de princípio que devem inequivocamente prevalecer sobre todas as outras, o sonho foi apenas e temporariamente adiado. -----

----- Aguardemos então a tramitação de todo o processo. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Deputada. A Mesa não regista pedidos de palavra sobre a sua intervenção, no entanto um pedido de palavra da Câmara Municipal, o Senhor presidente da Câmara tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Presente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Deputados, quero saudar todos os Senhores Deputados neste regresso e neste início da Sessão.-----

----- Entende intervir neste Debate precisamente por o tema da 2ª Circular, que tem uma importância central na vida da cidade. -----

----- Tive a oportunidade de anunciar há dias que irei propor ao Executivo da Câmara a anulação do concurso relativo à 2ª Circular, também a suspensão da atual empreitada em curso no Nó entre o Nó de RALIS e a Avenida de Berlim, e a abertura de um Inquérito para o apuramento dos factos, apuramento, aliás, dos factos e de avaliação da necessidade de comunicação a outras entidades. -----

----- Informei também que solicitei aos Serviços, a indicação de um Plano de Contingência de Obras a realizar na 2ª Circular, visto, em virtude desta decisão que irei propor à Câmara. -----

----- Gostava o seguinte: eu defendi o projeto da 2ª Circular e defendo o projeto da 2ª Circular! O projeto a 2ª Circular é um projeto essencial para a Cidade de Lisboa, é necessário, é importante e infelizmente tivemos que tomar a decisão que tomámos, infelizmente, tivemos que tomar esta decisão, mas tomámos esta decisão em plena consciência de que era a única decisão compatível com a defesa do interesse público e a única decisão compatível com o facto de um júri autónomo, independente, que tem competências próprias, que a Lei lhe atribui de avaliação de apreciação das candidaturas, de apreciação das propostas e de análise e de elaboração dos Relatórios de Análise ter proposto de forma inequívoca que a Câmara não adjudicasse por ter fortes indícios de conflitos de interesses entre um projetista e um fornecedor dessa solução. -----

----- Perante este Relatório, perante o Relatório do Júri, autónomo, independente, composto por Técnicos qualificados e respeitadíssimos da Câmara Municipal de Lisboa só havia uma decisão que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa poderia tomar, que era agir em conformidade com o Relatório e daí extrair todas as suas consequências.

----- Não peço desta decisão qualquer elogio, não merece! É a única decisão que alguém que defende o interesse público tem a fazer! -----

----- Não tenho memória, aliás, não há de certeza enquanto eu sou Presidente da Câmara e não tenho memória aliás nos tempo do Presidente António Costa, de alguma vez ter ouvido falar de alguma vez o Executivo da Câmara ter contrariado a decisão de um Júri, em particular quando ele propôs a não adjudicação de uma empreitada, não há memória dessa decisão. -----

----- Na Câmara de Lisboa não é assim que as coisas têm funcionado pelo menos desde que o PS e este amplo movimento desta maioria governam a Câmara de Lisboa.-----

----- A Câmara tem decisões na aprovação e no lançamento dos concursos, há júris independentes que são constituídos para avaliar e a Câmara respeita integralmente as

competências, não se imiscuindo, não interferindo e respeitando as competências de cada um! -----

----- Os Júris pronunciaram-se, analisaram, são os melhores conhecedores dos contornos da decisão e na base disso a Câmara Municipal só pode tirar as consequências. Querer extrapolar deste ato, desta decisão qualquer coisa mais do que não seja a estrita defesa do interesse público é uma extrapolação completamente abusiva, sem sentido, que entra exclusivamente no domínio da luta político-partidária.

----- É justa? É legítima? Mas é legítima nesse campo, nesse âmbito e não no campo dos princípios, não no campo da correção com que as instituições públicas devem ser tratadas e também devem gerir a coisa pública. -----

----- É por esta razão, Senhores Deputados, que me custa ouvir quem venha proclamar a defesa dos serviços públicos, mas deite imediatamente para o lixo a defesa dos serviços públicos e do interesse público, pondo exatamente ao mesmo nível a defesa ou pondo na sua boca o enunciado que são as queixas de operadores privados, que não estão satisfeitos com esta decisão. -----

----- Senhor Deputado, não é aceitável ouvir, para mim, colocar ao nível da decisão de um Júri da Câmara Municipal de Lisboa, que suspeita de fortes indícios de conflitos de interesses, que as primeiras perguntas do Senhor Deputado sejam: “mas será que a empresa subcontratada pode fornecer? Será que pode produzir? Será que tem capacidade? Quem criou o Caderno de Encargos não se podia manter no concurso excluindo?”. No fundo e em síntese, tudo resumido, o que o Senhor Deputado está a dizer, os Serviços da Câmara não erraram? A Câmara Municipal e o seu Presidente não erraram nesta decisão? Na sua ânsia de querer atacar mais rapidamente o Executivo da Câmara Municipal de Lisboa o Senhor Deputado não se inibe de dar voz a um interesse particular que os serviços públicos da Câmara e os funcionários que o Senhor Deputado diz que estão a defender, verdadeiramente propõem e dizem que há um forte indício de conflito de interesses. -----

----- Senhor Deputado, deixe-me dizer com clareza uma coisa, eu tenho muito orgulho nos Serviços que tutelo, não tenho até hoje qualquer indício, pelo contrário, que os Serviços da Câmara têm tido qualquer falha no sentido de terem atuado com menor exigência ou menor rigor, com os mais elevados padrões de rigor no cumprimento do serviço público e éticos na apreciação e nos dilemas da apreciação das várias questões, pelo contrário, e quero aliás deixar aqui publicamente uma palavra de elogio quer aos Serviços da Direção Municipal de Obras, no seu geral, quer em particular aos serviços responsáveis pela contratação e também aos elementos do Júri. -----

----- Não há de tudo quanto eu conheço sobre este processo, não há de tudo quanto eu conheço neste processo, algo que possa ser criticável a estes Serviços, que não seja a mais estrita defesa do interesse público! -----

----- E quero deixar esta palavra bem escrita, bem sublinhada e muito clara para que não reste qualquer tipo de dúvidas, porque eu não me equivoco, eu não equivalho, eu não faço a comparação, eu nunca me atreveria a fazer a comparação de dizer que defendo um serviço público, mas depois equivaler e fazer um eco da voz dos interesses

privados, que verdadeiramente estão contra esta decisão! Senhor Deputado, eu isso não faço! -----

----- E no mesmo sentido permita-me que diga à Senhora Deputada, Cláudia Madeira, que foi pelo mesmo caminho! É que foi exatamente pelo mesmo caminho, porque, na verdade é esta, é que na ânsia de querer atacar o Executivo, vale tudo! Vale tudo! E por isso “tudo isto não passou de uma confusão que levou à anulação, de uma falta de rigor do Executivo”. Oh Senhora Deputada, eu aconselho-lhe uma coisa, analise o procedimento da contratação pública, analise o procedimento da contratação pública, a Câmara tem determinadas competências o jurista em determinadas competências e nós temos outras competências, o Júri tem determinadas competências e nós temos outras competências na fase final e o que eu lhe posso dizer é que cada um executa e exerce as suas competências eu assumo total e plenamente as minhas responsabilidades, duplas aliás, como Membro, como Presidente do Executivo, mas também como o Responsável Máximo pelos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa, assumo todas as responsabilidades, todas e posso-lhe dizer que sobre este há uma que eu durmo perfeitamente tranquilo todas as noites, é que a Câmara Municipal de Lisboa agiu sempre com isto na estrita defesa do interesse público seguindo os mais elevados padrões éticos e sem qualquer outra motivação! E sem qualquer outra motivação que não fosse a da estrita defesa do interesse público!-----

----- E Senhores Deputados, nós estamos a atingir um nível muito precário do debate político nesta cidade, por com franqueza, antes das férias, as mesmas pessoas que são capazes de dizer que nós só lançámos obras e que eu só lancei obras por motivos eleitoralistas, porque quero uma afirmação política e que deixou a cidade de pantanas são aqueles mesmos que a seguir vêm dizer “Mas que sorte que isso foi tudo, uma armadilha feita, porque, afinal, a empreitada podia ser adjudicada e o Presidente da Câmara não adjudicou para se safar de um problema eleitoral.” -----

----- Senhora Deputada não é aceitável este tipo, estamos a atingir um nível do debate que isto já não é debate de nada! Já não discutimos se as obras são importantes, se são prioritárias, se a 2ª Circular deve ter ou não transporte público dedicado ou não deve. Não! Estamos no domínio simplesmente do que é o domínio de uma luta, de criticar por criticar e acima de tudo com uma regra, que é criticar tudo o que mexe! Critica-se porque se faz e critica-se porque não se faz! Ora este é um tipo de debate que não leva rigorosamente a lado nenhum. -----

----- Gostava por último de terminar dando as seguintes informações e esclarecimentos. Relativamente ao Senhor Deputado do CDS explicar-lhe a diferença relativamente às duas empreitadas, primeiro agradecer a sua intervenção, salientar, aliás, a diferença que houve relativamente à Vereação da Câmara, que teve uma intervenção de sentido diferente, mas gostava de lhe prestar este esclarecimento: a diferença do procedimento é seguinte, relativamente à empreitada de maior dimensão entre o Nó da Buraca e o Aeroporto, o que se trata é de uma decisão de não adjudicação da empreitada, isto é, houve um concurso, houve uma intenção de adjudicação, aliás, neste caso a segunda intenção de adjudicação e perante esta

intenção de adjudicação no período de audiências, houve um conjunto de pronunciamentos e o Júri do concurso responde a estes conjuntos de...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Oh Senhor Presidente, eu peço desculpa de o interromper mas é que o seu tempo terminou, portanto, vou-lhe pedir que abrevie.” -----

----- **O Senhor Presente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “ Serei telegráfico Senhora Presidente.-----

----- Nessa resposta, o Júri propõe a não adjudicação, é por isso que a decisão da Câmara vai ser seguir a recomendação do Júri. Ora o que acontece é que o mesmo motivo que é invocado pelo Júri, é possível conflito de interesses entre um subcontratado do projetista principal, que não tem uma relação direta com a Câmara e ser ao mesmo tempo fornecedora desse material, verifica-se que na empreitada que já está adjudicada e já está em curso e é por isso que em consciência tinha que tomar esta decisão, que é suspender empreitada que está em curso até a situação ser avaliada! É por essa razão que a situação é diferente!-----

----- Por último, este processo vai ter, naturalmente, toda a sua tramitação formal ao nível da Câmara Municipal de Lisboa, como informei dei indicações para ser feito um inquérito no sentido do apuramento cabal dos factos e obviamente que fornecemos à Assembleia Municipal toda a informação que seja solicitada e, naturalmente, em primeiro lugar, os resultados da informação relativamente ao inquérito para cabalmente todas as questões possam estar estabelecidas.-----

----- Quero concluir, reafirmando um ponto, de todo este processo que é obviamente um processo que contraria a vontade do Executivo que quer e continua a achar importante os obras da 2ª Circular, eu só posso deixar aqui uma palavra de elogio a todos os Técnicos e a todas as Equipas que trabalharam desde o início por este projeto e que tiveram sempre a defesa do interesse público acima de tudo, com a capacidade de proporem no seu espírito de autonomia livre a não adjudicação porque tiveram dúvidas! Não certezas, mas dúvidas fundadas! É isto verdadeiramente o que eu quero que seja um exemplo de serviço público. Muito Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- A Mesa pergunta ao Partido Socialista se quer usar os 4 minutos de encerramento da Declaração Política. Senhor Deputado Pedro Delgado Alves.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Delgado Alves (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom regresso de férias a todos. -----

----- Fundamentalmente, e acho que na sequência da intervenção do Senhor Presidente foi particularmente clara para todos o que está em cima da mesa e o que é discutida propósito da 2ª Circular.-----

----- Efetivamente há uma questão que é jurídica, há uma questão que diz respeito à proibidade do funcionamento da contratação pública na Cidade de Lisboa e resposta mais clara do que esta que hoje ouvimos da Câmara Municipal, dificilmente poderíamos obter e aquilo que quem pretende criar de um caso, uma manchete, em torno deste assunto sem olhar de facto, para aqueles que são os factos e os dados de direito em cima da mesa nesta mau serviço à cidade de Lisboa, presta um mau serviço aos munícipes e presta também um serviço aquilo que, para aqueles que, como nós vem como prioritária a intervenção na 2ª circular, deve ser a requalificação de uma via estruturante para a Cidade de acordo com aqueles padrões que todos reconhecemos como fundamentais, valorizando transporte público, valorizando os espaços verdes e, portanto, se podemos fazer um debate sério com base em argumentos que são sólidos e cada vez mais conhecidos, devemos fazê-lo e queria usar da palavra precisamente para sublinhar um aspeto que foi apresentado também, haverá oportunidade de discuti-lo na Conferência Representantes da próxima semana, mas o Grupo do Partido Socialista não gostaria de fechar esta Sessão sem dar nota de que efetivamente existem competências também às quais esta Assembleia Municipal está adstrita e realizar Comissões de Inquérito é algo que não resulta nem do Regimento nem da Lei e não é uma função de um Órgão Municipal como a Assembleia Municipal e, portanto, há possibilidade, obviamente, de obter todos os esclarecimentos junto do Município, ou seja, por via de perguntas por escrito, seja por via de prestação de esclarecimentos nas Comissões Permanentes que têm competência para esta matéria, mas, de facto, e ainda para mais em cima do joelho à última da hora para tentar obter mais uma vez não um esclarecimento, mas, acima de tudo chicana em torno de um assunto deve ser tratado com a maior seriedade por esta Assembleia e por todos os Órgãos do Município efetivamente não podemos acompanhar, mas temos disponibilidade, temos toda a vontade em receber como a própria Câmara Municipal agora, aqui mesmo, pela boca do Senhor Presidente sublinhou a necessidade de prestar todos os esclarecimentos para, de facto, em primeiro lugar não se repitam situações destas, como os Serviços muito bem e atempadamente foram capazes de detetar e que, de facto, consigamos repor em marcha aquilo que é uma opção estruturante para a cidade.~ -----

----- Agora a criação de um modelo que até de alguma maneira, desvaloriza as próprias Comissões Permanentes que nesta Assembleia têm acompanhado e devem continuar a acompanhar este processo, como tem feito com muito rigor no passado, aliás, mais uma vez graças aos Serviços da Assembleia Municipal, graças ao empenho dos vários Deputados Municipais, que com a sua atividade de realização de pareceres sempre tem fiscalizado, acompanhado e com grande qualidade técnica realizado todos os estudos que esta Assembleia pode e deve fazer no âmbito das suas competências, também de certa maneira, minoriza aquele que é o trabalho das Comissões Especializadas Permanentes, espaço no qual com toda a frontalidade, com toda a abertura, com toda a disponibilidade que a Câmara Municipal aqui hoje manifestou, com aquilo que também traduz uma cultura política diferente na Cidade de Lisboa que, felizmente, desde 2007 somos capazes de imprimir, que diz respeito a mais transparência, mais participação, mais abertura e mais rigor na forma como os dias publicação desta cidade

de Lisboa não podíamos deixar de dar esta nota não porque objetemos a que se esclareça, não porque objetemos a que efetivamente se perceba aquilo que ocorreu para que, de facto, não volte a ocorrer e para que consigamos pôr nada em marcha o projeto da 2ª Circular, mas fazendo os instrumentos que a Lei, que o Regimento e que a prática, a boa prática desta Casa sempre nos tem habituado. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- O Senhor Deputado Ricardo Robles pede a palavra, para? Sim, faça o favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, apenas para dizer, porque foi referido pela própria Mesa e agora reiterado pela intervenção do Grupo Municipal do Partido Socialista que poderá ter havido um erro na apresentação da proposta da Comissão de Inquérito, ela está prevista no Regimento, no Artigo 74, ponto 3 e, portanto, nós chamamos-lhe Comissão de Inquérito, chamamos-lhe Comissão Eventual de Inquérito, chamo-lhe apenas Comissão Eventual, pode ser formada e, portanto, discutiremos isso na Comissão, na Conferência de Representantes, é uma Comissão Eventual que tem um determinado objetivo, forma-se para atingir esse objetivo e extingue-se atingido o objetivo, está prevista, faremos esse debate, esperemos que todas as manifestações pela transparência sejam coerentes com a transparência e possamos avançar com esta com esta proposta.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado. A Mesa não invocou aqui nenhuma espécie de erro, limitei-me a dizer que tínhamos que analisar a proposta em sede de Conferência de Representantes, mas já que o Senhor Deputado traz o assunto à colação devo informar o Senhor Deputado que o Regimento da Assembleia da República no seu Artigo 237 prevê que as Comissões Eventuais de Inquérito criadas na Assembleia da República têm poderes de Autoridade Judicial, coisa que não está prevista nas Assembleias Municipais, mas isto é uma matéria que nós vamos discutir, portanto, podemos acompanhar todos os assuntos, podemos pedir explicações sobre todos os assuntos, não temos poderes para desencadear procedimentos de inquirição que, naturalmente, são pressupostos de uma Comissão de Inquérito, mas não queria antecipar o debate, nós vamos naturalmente, discutir isto na Conferência de Representantes. -----

----- O objetivo penso que é claro é que a Assembleia Municipal fiscalize o que se passa nesta matéria, iremos certamente encontrar uma solução condigna para essa intenção que, pelos vistos é uma intenção clara e partilhada por todos e a Câmara também já se disponibilizou para dar todas as informações necessárias, portanto, não vale a pena criarmos aqui um incidente sobre uma matéria que não o justifica, falaremos isto na Conferência de Representantes.-----

----- E posto isto, vamos pôr à vossa consideração os documentos que estão para votação resultantes destas várias Declarações Políticas.-----

----- A Mesa vai pôr em primeiro lugar à votação os Votos apresentados pelo Bloco de Esquerda, o Voto de 7 de Saudação ao ator Nuno Lopes, que foi premiado pelo prémio especial de melhor ator no Festival de Veneza, pela sua participação no filme, não está aqui o nome do filme, mas é São Jorge e Jorge é também o nome dele, peço desculpa, mas há aqui um lapso da minha parte, não importa, o que interessa é o ator, o filme que foi premiado, o ator que foi premiado pelo filme, para este filme, que de facto decorre nestes bairros que aqui estão identificados. -----

----- **VOTO Nº. 7/117 – “VOTO DA SAUDAÇÃO AO ATOR NUNO LOPES”** -----

----- “*Voto de Saudação ao ator Nuno Lopes.*-----

----- *O ator de 38 anos, nascido em Lisboa, Nuno Lopes, recebeu o Prémio Especial de Melhor Actor da secção “Orizzonti” do Festival de Veneza, dedicada às “novas tendências do cinema mundial”.* -----

----- *“No filme, Nuno Lopes é Jorge, um boxeur desempregado que aceita trabalho noturno numa empresa de cobranças difíceis. Na preparação do papel, Nuno Lopes realizou trabalho de pesquisa em bairros sociais, no meio do boxe e no circuito de cobranças difíceis. O ator ganhou 20 quilos e submeteu-se a um programa de treino físico durante seis meses, chegando na fase de maior intensidade a treinar seis horas diárias de boxe e crossfit”, descreve a produtora.* -----

----- *O filme tem como pano de fundo alguns dos bairros sociais de Lisboa onde a pobreza é a realidade social. No seu discurso, o ator dedicou o prémio às pessoas dos bairros da Jamaica e da Bela Vista, onde se passa a longa-metragem. Referiu também que as pessoas retratadas no filme, das mais pobres de Lisboa, devem ser ouvidas e não tratadas apenas como números.* -----

----- *Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 13 de Setembro de 2016, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:* -----

----- *1. Saudar o ator Nuno Lopes e a distinção agora atribuída no Festival de Veneza; Lisboa, 12 de Setembro de 2016, As Deputadas e os Deputados Municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda.”* -----

----- Vamos então neste caso, pergunto se alguém quer intervir sobre o Voto 7/117? Não vejo pedidos de palavra, vamos pôr à votação. Não há votos contra e nem abstenções. **O Voto de Saudação nº. 7/117 está aprovado por unanimidade.**-----

----- (O PNPN não estava presente na votação)-----

----- **VOTO Nº. 8/117 – “VOTO DE SAUDAÇÃO A TODOS OS BOMBEIROS DA CIDADE DE LISBOA E DO PAÍS”**-----

----- “*Voto de Saudação a Todos os Bombeiros da Cidade de Lisboa e do País.*-----

----- *No passado domingo, dia 11 de setembro, comemorou-se em Lisboa, a 9ª edição do dia Nacional do Bombeiro Profissional. Neste mesmo dia foram lembrados todos os bombeiros e bombeiras (profissionais, voluntários e privados) que estavam nesse dia mobilizados a combater as frentes de incêndio em várias zonas do país.*-----

----- Devemos um reconhecimento a estes homens e mulheres, verdadeiros “soldados da paz”, que estão sempre prontos para enfrentar o perigo e acudir os afetados por intempéries, acidentes, incêndios. Seja na cidade de Lisboa, seja deslocando-se a outros pontos do país, como aconteceu este ano na cidade do Funchal, onde o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa esteve presente no primeiro reforço vindo do continente, ou noutras cidades. -----

----- Devemos, em especial, um reconhecimento ao Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa. Devemos-lhes ainda uma melhoria das suas condições de trabalho, que passará por mais equipamentos, mais meios humanos, e mais formação profissional. É reconhecido que o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa tem carência de recursos humanos, muito abaixo do previsto no seu quadro de pessoal, e com um recrutamento insuficiente para o seu reforço. Além disso este Regimento sofreu este ano um processo de reorganização de meios que nalguns casos limita a sua capacidade de resposta e continua com um Regulamento Interno que tarda em ser aprovado. -----

----- Além deste Regimento devemos um reconhecimento a todos os bombeiros, de qualquer natureza, seja voluntária ou profissional, da cidade de Lisboa e de todo o país. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 13 de Setembro de 2016, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera: -----

- 1. Saudar o Dia Nacional do Bombeiro Profissional; -----
- 2. Saudar todos os bombeiros profissionais da cidade de Lisboa; -----
- 3. Saudar todos os bombeiros profissionais de todo o país; -----
- 4. Saudar todos os bombeiros, de qualquer natureza, da cidade de Lisboa e de todo o país. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa delibera ainda remeter a presente moção para: -----

- Associação Nacional de Bombeiros Profissionais; -----
- Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais; -----
- Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa; -----
- Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa; -----
- Liga dos Bombeiros Portugueses; -----
- Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários Portugueses; -----
- Lisboa, 12 de Setembro de 2016, as Deputadas e os Deputados Municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda.” -----

----- Pergunto se alguém quer intervir sobre este Voto? Não vejo pedidos de palavra. Vamos pôr à votação. Não há votos contra e nem abstenções. **O Voto de Saudação nº. 8/117 está aprovado por unanimidade e aclamação.** -----

----- (O PNPN não estava presente na votação) -----

----- Vamos saudar os nossos Bombeiros naturalmente. -----

----- Há uma Declaração de Voto do PS sobre o Voto 8/117 que apresentarão depois. --

----- **Declaração de Voto do Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal:**-----

----- “O Grupo do PS na Assembleia Municipal de Lisboa vem, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 63º nº 1 do Regimento da AML, fazer constar da Ata da Reunião Extraordinária realizada no dia 13 de Setembro de 2016 a sua declaração de voto referente ao Voto nº 08/117 subscrita pelo BE (Bloco de Esquerda) denominada “A todos os bombeiros da cidade de Lisboa e do país”, apresentada e votada por unanimidade e aclamação nas declarações políticas e que mereceu o voto favorável do Grupo do PS com os seguintes fundamentos:-----

----- 1. O Partido Socialista associa-se ao voto em causa, reconhecendo o importante papel dos bombeiros portugueses em geral e do RSB em particular, pelo que saúda o BE pela iniciativa;-----

----- 2. Por outro lado, o Partido Socialista, reconhecendo a necessidade de ser garantido o adequado nível de recursos humanos e equipamentos do RSB no âmbito da reorganização efetuada, sublinha os esforços em curso que a CML tem vindo a desenvolver, no sentido de ser garantido, quer o número de efetivos previsto no quadro do RSB e a sua adequada formação, quer as condições materiais desejáveis a um regular funcionamento;-----

----- 3. Assim, o Partido Socialista, para além de expressar o seu reconhecimento a todos os bombeiros do RSB pela sua dedicação e trabalho na defesa de pessoas e bens, vem reiterar a sua total confiança na capacidade de resposta do RSB em garantir o socorro na cidade de Lisboa.-----

----- Lisboa, 13 de Setembro de 2016.-----

----- Pelo Grupo do PS na Assembleia Municipal de Lisboa, José Leitão e Pedro Delgado Alves”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “Vamos passar agora às Moções, temos a Moção do Bloco de Esquerda intitulada “Golpe no Brasil”.-----

----- **Moção nº. 1/117 – “Golpe no Brasil”**-----

----- (A Moção 1/117 fica anexada a esta Ata como Anexo I e dela faz parte integrante)-----

----- A Mesa vai pôr à votação. Votos contra do CDS/PP, MPT e PSD. Votos de abstenção do Partido Socialista. Votos a favor do BE, PEV, 3 PS, PCP, PAN e IND. **Moção nº. 1/117 foi aprovada por maioria.**-----

----- (O PNPN não estava presente na votação)-----

----- Vamos passar agora às Recomendações, temos em primeiro lugar a Recomendação 2/117 – Lisboa, Cidade Saudável, apresentada pelo PEV.-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 2/177 – LISBOA, CIDADE SAUDÁVEL”.**-----

----- (A Recomendação 2/117 fica anexada a esta Ata como Anexo II e dela faz parte integrante)-----

----- Há uma alteração no texto porque no ponto 7 a rede já não se chama como estava cá indicado, “Rede de Cidades Saudáveis” atualmente tem o nome de “Rede

Portuguesa de Municípios Saudáveis”, portanto, com esta alteração a Mesa vai pôr à vossa votação a Recomendação 2/117. Não há votos contra e nem abstenções. **A Recomendação nº. 2/117 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- (O PNPN não estava presente na votação)-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 3/177 – “PELA TRANSPARÊNCIA, PELA VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS E PELA LIMITAÇÃO DA CONTRATAÇÃO EXTERNA”**-----

----- (A Recomendação 3/117 fica anexada a esta Ata como Anexo III e dela faz parte integrante)-----

----- O Partido Socialista pede uma votação por pontos e vamos pôr à votação por pontos a parte deliberativa.-----

----- **Ponto 1** - diz “Manifestar a concordância genérica no quadro de pessoal do Município de Lisboa”. Não há votos contra. Abstenções do PSD. Votos a favor do PS, PCP, BE, CDS/PP, PEV, MPT, PAN e IND. **O Ponto 1 da Recomendação 3/117 foi aprovado por maioria.**-----

----- (O PNPN não estava presente na votação)-----

----- **Ponto 2** - “Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a contratação e o investimento na formação de pessoal dos quadros para a preparação e elaboração dos projetos urbanísticos e Planos Municipais de Ordenamento do Território” Não há votos contra. Abstenções do PSD e CDS/PP. Votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN e IND. **O Ponto 2 da Recomendação 3/117 foi aprovado por maioria.**-----

----- (O PNPN não estava presente na votação)-----

----- **Ponto 3** – “Que evite e limite ao mínimo a contratação externa de serviços para a elaboração de projetos e Planos Municipais de Ordenamento do Território que possam ser suscetíveis de determinar de forma significativa os Cadernos de Encargos dos Concursos Públicos ou a utilização urbanística dos solos por particulares.”. Votos contra do PS e IND. Votos de abstenção do CDS/PP, PAN, PSD e MPT. Votos a favor do PCP, PEV e BE. **O Ponto 3 da Recomendação 3/117 foi rejeitado.**-----

----- (O PNPN não estava presente na votação)-----

----- **Ponto 4** – “Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que preste a esta Assembleia toda a colaboração no apuramento de responsabilidades no processo de anulação do concurso para a empreitada de requalificação da 2ª. Circular e elaborando em 15 dias o Relatório Preliminar sobre o sucedido.”.-----

----- Senhores Deputados, isto a mim levanta-me aqui um problema, é que não é competência da Assembleia o apuramento de responsabilidades, portanto, tenho aqui um problema de admissibilidade deste ponto, mas provavelmente vou deixar isto à votação e a Assembleia votará e dar-me-á razão ou não.-----

----- Vamos pôr à votação o Ponto 4. Votos contra do PS e IND. Votos de abstenção do PSD, CDS/PP e MPT. Voto a favor do BE, PEV, PCP e PAN. **O Ponto 4 da Recomendação 3/117 foi rejeitado.**-----

----- (O PNPN não estava presente na votação)-----

----- O CDS/PP apresentará uma Declaração de Voto.-----

----- **O CDS/PP apresentou a seguinte Declaração de Voto:**-----

----- “Declaração de Voto da Recomendação nº. 3/117, “Pela transparência, pela valorização dos Recursos Humanos e pela limitação da contratação externa” -----

----- Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que se abstiveram no ponto 4 da recomendação em epígrafe por considerar que:-----

----- Face aos últimos acontecimentos relativos ao processo de empreitada da Segunda Circular e no âmbito das competências de fiscalização deste órgão, é imperioso que o Presidente da CML forneça todo o processo da empreitada de modo a que, de forma sustentada, os eleitos possam pronunciar-se sobre o mesmo; -----

----- Contudo, coloca o BE na esfera da Assembleia a competência do apuramento de responsabilidades no processo de anulação da 2ª fase da obra o que, nos moldes propostos, não tem enquadramento nas competências deste. -----

----- Lisboa, 13 de Setembro de 2016.-----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS-PP, Diogo Moura.”. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “Terminámos este ponto a nossa Ordem de Trabalhos. Senhores Deputados, vamos passar os pontos seguintes. -----

----- Eu queria informar os Senhores Deputados que o ponto número 5 tem que ser adiado, que era a constituição do direito de superfície a favor do Instituto de Apoio à Criança, foi identificada uma discrepância grave entre os documentos do processo e, portanto, a Comissão entendeu adiar para esclarecimento pelo Senhor Vereador e, portanto, não vai ser discutido hoje. -----

----- (Adiado o Ponto 5 da Recomendação nº. 3/117) -----

----- Vamos passar à Recomendação nº. 6, que foi uma falha na última sessão, lembrem-se que a Sessão de 26 de julho foi uma Sessão muito concorrida e como grande e extensa Ordem de Trabalhos e acabámos por não votar esta Recomendação que é relativamente simples e é apenas a Recomendação que a Comissão fez na sequência da proposta 369/CM/2016. -----

----- **RECOMENDAÇÃO 6/116 (1ª. E 5ª. CP) SOBRE A PROPOSTA 369/CM/2016 – ALTERAÇÃO DAS DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS BENFICA, SÃO DOMINGOS DE BENFICA, OLIVAIS E LUMIAR, RELATIVAS A REFEIÇÕES ESCOLARES SAUDÁVEIS.** -----

----- (A Recomendação 6/116 fica anexada a esta Ata como Anexo IV e dela faz parte integrante) -----

----- Não há inscrições, vou pôr à votação. Não há votos contra e nem abstenções. A **Recomendação 6/116 foi aprovada por unanimidade.** -----

----- Era uma Recomendação da 1ª. e da 5ª. Comissão sobre propostas de delegações de competências para as refeições saudáveis. -----

----- Vamos agora então entrar na apreciação da Proposta 660/2015. -----

----- **PONTO 4 - PROPOSTA 600/CM/2016 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 600/CM/2016- CRÉDITOS DE CONSTRUÇÃO EM OPERAÇÃO URBANÍSTICA NO LARGO TRINDADE COELHO, 1 E 2 (PROCESSO**

601/EDI/2014), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO NÚMERO 3 DO ARTIGO 18º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL QUE APROVA O SISTEMA DE INCENTIVOS A OPERAÇÕES URBANÍSTICAS COM INTERESSE MUNICIPAL;-----

----- (A Proposta 600/CM/2016 fica anexada a esta Ata como Anexo V e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer da 3ª. Comissão sobre a proposta 600/CM/2016 fica anexada a esta Ata como Anexo VI e dela faz parte integrante)-----

----- A Recomendação 1/117 (3ª. CP) 2016 fica anexada a esta Ata como Anexo VII e dela faz parte integrante) -----

----- A nossa competência não é para apreciar o projeto de arquitetura mas sim apenas a afetação em concreto dos prédios de construção. Pergunto à Câmara se quer apresentar a proposta, a Câmara não sinaliza. -----

----- Pergunto ao Senhor Deputado Relator Miguel Gama se quer apresentar o Relatório? Ele não está cá. -----

----- Era relevante porque depois há uma Recomendação no Relatório, portanto, se algum Membro da 3ª. Comissão quer apresentar a Recomendação? Se não pressuponho que os Senhores Deputados a tenham lido.... O Senhor Deputado quer-se inscrever sobre esta matéria? Ou para fazer a apresentação da Recomendação? Ah, é sobre a matéria. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não, não. Estamos a falar da proposta 660/CM/2015, talvez o Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro, talvez pudesse explicar que há uma atualização na cabimentação que não nos foi entregue, à Assembleia Municipal. Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, eu desculpe-me, mas eu tenho a dizer que eu mandei para o seu Grupo Municipal o esclarecimento.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, eu sei, mas não nos foi entregue! Mas o Assessor acabou de explicar que há uma atualização na cabimentação....”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “Mas foi entregue, desculpe, eu pedi essa informação, foi um *email* enviado para o seu Grupo Municipal com a informação.... Não é nesta? Então peço desculpa da minha parte.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não faz mal Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “Mas o que eu queria dizer era outra coisa há uma recomendação e esta recomendação esta recomendação é relevante, porque a proposta não refere expressamente qual é o destino dos créditos de construção e a recomendação da Assembleia é que isto fique clarificado, que o destino não é apenas o Fundo Municipal de Urbanização ou o nome equivalente deste Fundo mas sim em concreto é para afetar em concreto a reabilitação da Vila Dias na Freguesia do Beato. -----

----- Esta recomendação é muito importante e enfim, atrever-me-ia a propor uma votação condicionada, porque senão nem sequer podemos estar a aprovar a proposta com a afetação dos créditos de os Senhores Deputados têm a dizer e depois logo vemos como é que se conduz o processo de votação.-----

----- O senhor Deputado José Sobreda Antunes já se já interveio, o Senhor Deputado Victor Gonçalves.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Membros do Executivo, Caros Colegas.-----

----- Vou ser muito rápido, eu na última fase como sabem não acompanhei os trabalhos da 3ª Comissão, mas eu estava convencido que esta proposta tinha sido devolvida à Câmara para ela exatamente colocar na parte deliberativa que aonde concretamente, como aliás diz o Regulamento dos créditos, aonde concretamente e especificamente é aplicado este dinheiro, pelos visto não o fez. -----

----- Ora não o fazendo eu lamento muito, até por, de facto, o responsável pela obra não tem culpa nenhuma desta falha da Câmara e está a ser prejudicado, porque está a ser adiada já há muito tempo o processo de reabilitação que eu tinha pedido à Câmara e tinha pedidos os crédito exatamente para esse fim, além disso, também os créditos vale este este pedido, porque foi pedido antes de maio, porque, a partir de maio já passaram os 3 anos que o próprio Regulamento previa, ou seja, ao fim de 3 anos, o Regulamento, portanto, estes créditos já não podem ser adquiridos que ninguém.-----

----- Agora por exemplo ninguém pode adquirir créditos, créditos para efeito para efeitos de construção, portanto era conveniente que a Câmara tivesse sido mais diligentes no sentido de dar a resposta que a própria Comissão lhe pediu, não sei se o fez, era uma informação que eu pedia, se ela o fez o assunto está resolvido, se ela não fez, como parece que eu ouvi, de facto, a Câmara tem que concretamente e expressamente dizer onde é que os créditos são aplicados, é na Vila Dias, na reabilitação dos telhados, na reabilitação de qualquer do espaço público, sei lá, aonde for tem que ser tem que ser expresso, é isso que diz o Regulamento e isso tem que ser cumprido, aliás, ele foi feito já com essa intenção, que a Assembleia tinha competência para aprovar isso e é isso que nós estamos aqui a fazer, o exercício dessa competência.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, eu peço desculpa, mas, de facto o processo da desta proposta, inclui um ofício onde a Câmara esclarece especificamente que a totalidade da importância paga ao Município correspondente à venda destes créditos de construção deve ser afeta em concreto à realização da Vila Dias, portanto, esta informação foi prestada expressamente à Comissão e da Comissão e a Comissão no seu Parecer, que foi aprovado por unanimidade, propõe ao Plenário e recomenda que isto seja uma votação condicionada, portanto, aquilo que me parece é que nós devemos primeiro votar a Recomendação da Comissão, se a Recomendação for aprovada a Proposta será sujeita à votação condicionada, se a Recomendação for chumbada, a Proposta volta para trás, é tão simples, quanto isto e resolvemos o problema, porque de facto, o interessado não tem culpa nenhuma diz estar tão atrasado, e a vossa atenção que esta é uma aposta de 2015.

----- Ninguém tem dúvidas sobre o que isto é assim que deve ser feito tipos que os critérios são para este fim e, portanto, penso que vamos resolver o problema pelo caminho que a própria Comissão aprovou por unanimidade, Senhor Deputado.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu estou de acordo, sinceramente, agora o que eu estou a dizer é que há muito tempo que isto podia ter sido feito. -----

----- A Câmara há muito tempo que podia já ter retificado a parte deliberativa desta proposta, não se espera que ela agora essa fase, de qualquer forma e no interesse, no interesse de quem está a investir na reabilitação e, portanto, e que utilizou este meio para que essa retificação fosse feita fosse feita, eu estou de acordo que seja, mas que tem que ser retificada a parte deliberativa, não é um ofício, não é um filme simples ofício do Senhor Vereador que resolve o problema, é a Câmara que tem que tomar essa decisão.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, é o que está cá escrito.” -----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 1/117 RESULTANTE DO PARECER DA 3.ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE A PROPOSTA 600/CM/2016 – RECOMENDAÇÃO 1/117 (3.ª. CP) “SOBRE A PROPOSTA 660/CM/2015 – CRÉDITOS DE CONSTRUÇÃO EM OPERAÇÃO URBANÍSTICA NO LARGO TRINDADE COELHO, 1 E 2.** -----

----- Portanto, eu ia pôr à vossa consideração a Recomendação 1/117, portanto, eu ia pôr à vossa consideração a Recomendação 1/117, que eu extraí do Parecer da 3.ª Comissão e que diz o seguinte: tendo em conta o Parecer aprovado por unanimidade pela 3.ª. Comissão Permanente sobre a Proposta 660/2015, relativa aos créditos de construção e operação urbanística no Largo Trindade Coelho, 1 e 2. Esta Comissão recomenda ao Plenário que a apreciação da referida Proposta seja condicionada à correção e posterior retificação pelo Executivo Camarário da parte deliberativa, para cumprimento integral do estabelecido no número 3 do artigo 18 do Regulamento de

incentivos às operações urbanísticas relativamente à discriminação da finalidade concreta a que se destina a quantia correspondente a emissão dos créditos. -----

----- Assim nos termos do esclarecimento prestado pela Câmara Municipal de Lisboa prestados à 3ª. Comissão, plasmado no ofício tal e tal, a totalidade da importância paga ao Município correspondente à venda dos créditos de execução referidos deve ser afeta em concreto à reabilitação da Vila Dias na Freguesia do Beato, é uma Recomendação para deliberação do Plenário, não é uma Recomendação à Câmara, é para deliberação do Plenário.-----

----- Se o Plenário aprovar esta Deliberação, esta Deliberação provavelmente está mal nomeada por Recomendação, deve ser uma Deliberação do Plenário, se o Plenário assim o fizer a votação será condicionada.-----

----- Está claro? Vamos pôr à votação a intitulada Recomendação 01/117 sobre a proposta 660/CM/2015. Não há votos contra. Abstenção do BE. Votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS/PP, PEV, MPT, PNP, PAN e IND. **A Recomendação 01/117 é aprovada por maioria, é uma Recomendação dirigida ao Plenário e portanto recomenda que a proposta seja condicionada.**-----

----- Portanto, sendo assim a **Proposta 660/CM/2015 tem que ser votada, como votação condicionada ao cumprimento pela Câmara desta Deliberação 01/117.**---

----- Senhor Deputado Carlos Silva Santos? Há uma Declaração de Voto do PCP sobre a Recomendação 01/117: Muito bem, uma Declaração de Voto do Senhor Deputado Carlos Silva Santos, quer faze-la agora. Muito bem.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP) fez a seguinte Declaração de Voto:**-----

----- “ *Claramente tem que ser agora, porque naturalmente esta Recomendação 01/117 junta duas situações em concreto e não tem pontos deliberativos e nós concordamos com a distribuição dos créditos mas não concordamos que haja créditos, portanto, é só para ter esta clara posição, porque nós vamos votar contra a proposta apesar de acharmos que havendo créditos eles sejam distribuídos desta forma. Muito obrigado.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado, ficou clarificada a posição e sendo assim vamos agora pôr à votação a **Proposta 660/CM/2015, é uma votação condicionada** à correção e retificação pelo Executivo Camarário da parte deliberativa, eu acho que aqui diz “retificação” mas é “ratificação”.-----

----- Portanto, sendo assim vamos pôr à votação a Proposta 660/CM/2015, votação condicionada. Votos contra do PCP, BE e PEV. Abstenções do CDS/PP e do MPT. Votos a favor do PS, PSD, PAN, PNP e IND. **Está aprovada por maioria** .-----

----- **“Votação condicionada:**-----

----- **1) À aceitação,** pela Câmara Municipal, das alterações constantes na Recomendação nº. 1/117, apresentada pela 3ª. Comissão Permanente:-----

----- **2) À posterior Ratificação** destas alterações introduzidas na Proposta nº. 660/CM/2015 em Reunião da Câmara Municipal.”-----

----- Há uma Declaração de Voto dos Senhores Deputados do PEV.-----

----- A Mesa estava aqui a fazer um comentário que era a proposta mais antiga que tínhamos e que portanto está ultrapassada. -----

----- Agora, o Bloco de Esquerda também quer fazer uma Declaração de Voto. -----

----- **O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes fez a seguinte Declaração de Voto:** -----

----- “ *Declaração de Voto relativa à Proposta 660/2015 – Créditos de construção em operação urbanística no Largo Trindade Coelho.* -----

----- *Os deputados municipais do PEV votaram contra a Proposta nº 660/2015, que prevê autorizar a utilização de créditos de construção na operação urbanística a que respeita o pedido de informação prévia que constituiu o processo n.º 601/EDI/2014, pelas seguintes razões:* -----

----- *- Os Verdes sempre criticaram e se opuseram, desde o início, às compensações e créditos de construção que o Plano Diretor Municipal atualmente em vigor permite.--*

----- *- Para Os Verdes estes créditos de construção são uma moeda de troca em metros quadrados, favorecendo a criação de um mercado especulativo, que tende, essencialmente, a favorecer os grandes promotores imobiliários.* -----

----- *- O PEV não concorda com este mecanismo que permite a quem comprar créditos, ganhar permissão para construir o que quiser e onde quiser, o que na nossa ótica está completamente errado e é totalmente contraditório com uma política sustentável de urbanismo e de ordenamento do território, que todos deviam defender.*

----- *- Obviamente Os Verdes nada têm contra a reabilitação da Vila Dias, na freguesia do Beato, mas não acompanham minimamente esta metodologia, nem propostas desta natureza.* -----

----- *- Os deputados municipais do PEV, apesar de terem votado contra a proposta nº 660/2015, votaram a favor da Recomendação 1/117 (3ª CP) que recomendava que a totalidade da importância paga ao Município correspondente à venda dos créditos de construção referidos na proposta fosse afeta, em concreto, à reabilitação da Vila Dias na freguesia do Beato, pois concordam com a reabilitação da Vila Dias mas não com o recurso a créditos.* -----

----- *O Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes.”*-----

----- (O Grupo Municipal Do Bloco de Esquerda não apresentou a Declaração de Voto)

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “ A seguir é a Proposta nº 344/CM/ 2016, que está adiada.”-----

----- **(Proposta nº. 344/CM/2016 foi adiada)**-----

----- Quanto à Proposta 419/CM/2016 nesta sim é que havia uma retificação que já foi esclarecida. -----

----- **PROPOSTA Nº. 419/CM/2016 – APRECIACÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ALUGUER DE 6 VIATURAS ELÉTRICAS PARA O TRANSPORTE DE UTENTES DA DGC, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO**

ABRIGO DO DISPOSTO NOS N.º 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, E NA ALÍNEA B) DO ARTIGO 3.º E NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º. AMBOS DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDACÇÃO ATUAL; -----

----- (A Proposta 419/CM/2016 fica anexada a esta Ata como Anexo VIII e dela faz parte integrante) -----

----- A Proposta 419/CM/2016 é uma repartição de encargos e a assunção de compromissos plurianuais para aquisição de serviços de aluguer de 6 viaturas elétricas para o transporte de utentes da DGC. -----

----- O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro deseja usar da palavra. Se faz favor.”- -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, era na sequência da intervenção do Senhor Deputado Sobreda Antunes, para referir que apesar da Proposta estar completa falta aqui o histórico dos cabimentos, ou seja, na prática temos aqui uma folha de cabimentos que está adequada mas que correspondeu a uma modificação do cabimento anterior e, portanto, gerou alguma confusão, situações destas por natureza deveriam ter as várias modificações de cabimentos do Orçamento, portanto, nesse sentido para dizer que não há nenhum problema com a proposta, mas realmente deveria ter tido o cabimento anterior para se perceber que houve uma modificação. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “O problema é do SAP do Sistema de gestão da Câmara, não propriamente do serviço, que o Relatório é emitido automaticamente pelo computador nesses termos, os relatórios de cabimentação, enfim...passamos adiante. -----

----- Senhores Deputados sendo assim a Mesa vai pôr à vossa consideração a Proposta 419/CM/2016. Não há votos contra e nem abstenções. **A Proposta 419/CM/2016 está aprovada por unanimidade.** -----

----- Chegámos ao fim dos nossos Trabalhos. -----

----- Senhores Deputados, eu lembro que na segunda-feira temos Conferência de Representantes ao meio-dia e na terça-feira não há Plenário, terça-feira, dia 20 não haverá Plenário.-----

----- Dia 27 temos Plenário com Sessão Ordinária, portanto, Informação Escrita do Presidente, PAOD, enfim, o habitual das Sessões Ordinárias.-----

----- Muito obrigado Senhores Deputados. -----

----- A sessão terminou, eram às dezassete horas e trinta e cinco minutos.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----

